



IBERSOL – SGPS, SA

Sociedade Aberta

Sede: Praça do Bom Sucesso, 105/159, 9º andar, Porto

Capital social: 36.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 501669477

Relatório e Contas - 1º Semestre 2021

- **Volume de Negócios consolidado de 134,9 milhões de euros**
Crescimento de 0,9% face ao 1º semestre de 2020
- **EBITDA consolidado de 24,9 milhões de euros.**
Crescimento de 64,6% face ao 1º semestre de 2020
- **Resultado líquido consolidado de -22,9 milhões euros**
Melhoria de 31% face ao 1º semestre de 2020

RELATÓRIO DE ATIVIDADE

Atualização Covid-19

O primeiro semestre de 2021 – contrariamente ao que era expectável – foi o período em que os negócios de Restauração funcionaram com mais restrições desde o início da Pandemia. De facto, em 2020, o confinamento foi de 45 dias, tendo o negócio funcionado em regime de normalidade durante cerca de 75 dias.

Por seu turno em 2021, não só o período de confinamento foi de 94 dias (de 15 de Janeiro a 19 de Abril) como, logo após o seu termo, foram introduzidas em Junho novas restrições que se prolongaram para além do semestre.

A partir do dia 19 de Abril, a Ibersol começou a reabrir gradualmente os restaurantes, embora com limitações e restrições à operação dos mesmos.

Porém, no mês de junho, verificou-se um agravamento da situação pandémica em Portugal devido à disseminação da variante Delta e à dificuldade de calibrar a abertura da economia com a variação do número de infetados, tendo sido decretadas novas condicionantes a nível regional, consoante os graus de incidência e de transmissibilidade da doença, que condicionaram o ritmo de recuperação da atividade.

Apesar deste entorno, a atividade de 2021 - quando cotejada com a de 2020 - evoluiu de forma muito mais favorável, ao que não é indiferente o maior conhecimento da forma de abordar os efeitos das sucessivas alterações do enquadramento legal que foram sendo aprovadas pelo Governo.

Neste período, a atividade do Grupo manteve-se condicionada por:

- i) encerramento de restaurantes;
- ii) recolher obrigatório;
- iii) limitação dos horários de funcionamento dos restaurantes;
- iv) limitação de horários de funcionamento das restantes lojas ao fim de semana nos centros comerciais
- v) restrições à mobilidade das pessoas e encerramento de fronteiras;
- vi) ausência de público nos estádios de futebol e realização de eventos com limites na lotação;

Em Portugal, no âmbito dos apoios à proteção do emprego, o grupo aderiu no semestre ao Lay-off simplificado, Apoio à Retoma Progressiva e ao Novo Incentivo à Normalização da Atividade Empresarial, enquanto em Espanha, permaneceu com cerca de 35% dos colaboradores em ERTE (equivalente ao lay off), dos quais resultaram apoios no valor de 13 milhões de euros no total dos dois países.

Simultaneamente, continuaram as renegociações de contratos, nomeadamente dos contratos de arrendamento visando o seu reequilíbrio, das quais resultaram descontos no valor de 3,0 milhões de euros, muitos dos quais por efeito da aplicação do normativo legal vigente em Portugal.

Relativamente às rendas nos aeroportos em Espanha, não se verificou neste segundo trimestre nenhuma evolução da ação intentada contra a AENA, na qual se solicita o reequilíbrio das rendas em função das perdas de tráfego dos aeroportos, pelo que o passivo continua a refletir o valor das rendas mínimas de 2020 definidas contratualmente e que não foram pagas pelo Grupo Ibersol, bem como o proporcional para o ano de 2021.

Em Espanha, as limitações ao funcionamento foram diferentes de região para região, com Madrid a aplicar restrições mais ténues contrariamente ao que ocorreu em Barcelona.

Neste contexto, o Grupo, na medida do possível, procedeu durante o segundo trimestre à reabertura gradual dos restaurantes, procurando ajustar os custos de operação aos proveitos e, em articulação estreita com as instituições financeiras, concretizar a negociação do alargamento das linhas de financiamento disponíveis e entrada de novos financiamentos.

Consequentemente, até Junho, aderimos ao prolongamento dos períodos de carência e de prazos nos financiamentos com garantia do Estado:

- i) Financiamento de apoio à economia Covid-19, em Portugal, com alargamento de 9 meses do período de carência e do prazo de maturidade, o que representa uma redução de reembolsos no curto prazo de 4,1 milhões de euros;
- ii) Linha ICO de 20 milhões de euros, em Espanha, com aumento de mais um ano de carência e alargamento da maturidade em mais 3 anos (2025 para 2028), determinando a redução de reembolsos no curto prazo de 5 milhões de euros;
- iii) Outros financiamentos ICO, em Espanha, com aumento de período de carência e do prazo de maturidade em 1 ano, representando uma redução nos reembolsos a curto prazo de 0,8 milhões de euros;
- iv) Linhas ICO, também em Espanha no montante de 15 milhões de euros que aumentou o prazo em mais 1 ano.

Adicionalmente, celebramos contratos de financiamento no montante de 11,5 milhões de euros ao abrigo da Linha de Apoio à Economia Covid-19 – Médias e Grandes Empresas do Turismo.

Atividade

Para efeitos de comparabilidade com outras empresas do sector e exercícios anteriores, o grupo recorre a indicadores alternativos de desempenho, mencionados ao longo deste ponto, cuja definição e reconciliação pode ser consultada no glossário.

Num contexto mais desfavorável, o volume de negócios consolidado no primeiro semestre de 2021 ascendeu a 134,9 milhões de euros que compara com 133,6 milhões de euros no período homólogo de 2020, o que corresponde a um crescimento de 0,9%.

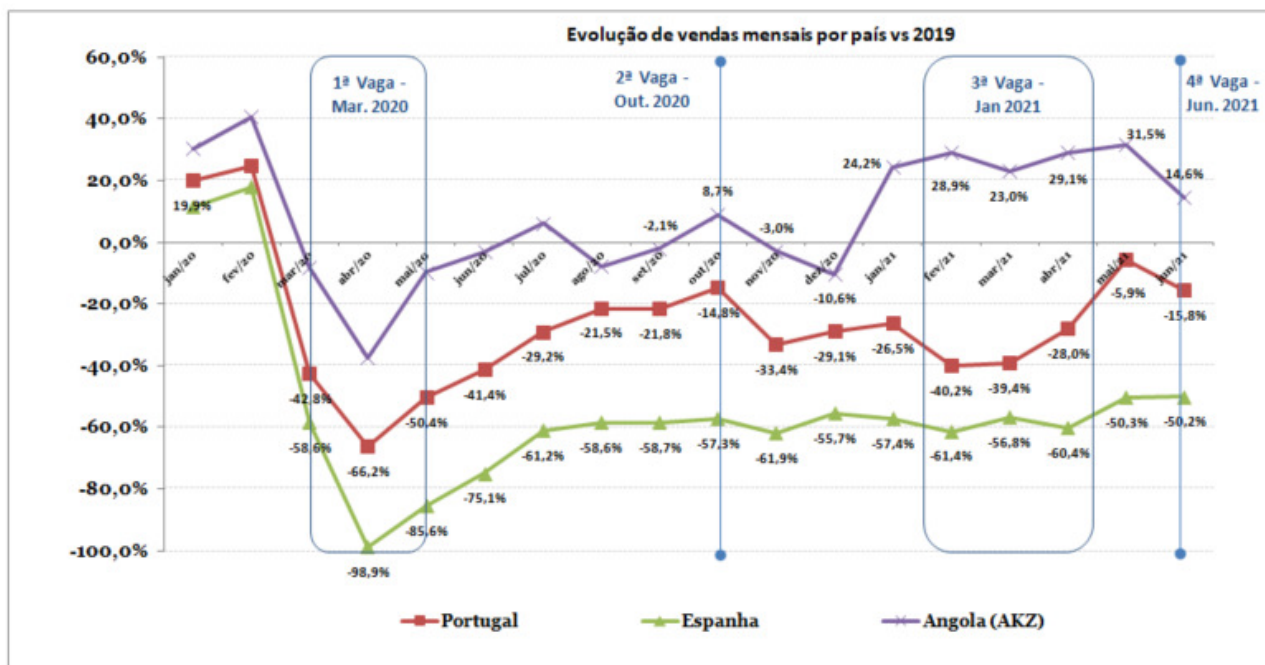
Volume de Negócios (milhões de euros)	1S 2021	1S 2020	Var. 21/20	1S 2019	Var 21/19
Vendas Restauração	131,97	130,49	1,1%	213,06	-38,1%
Vendas Mercadorias	2,28	2,55	-10,5%	6,54	-65,1%
Prestação Serviços	0,61	0,60	1,9%	1,74	-64,8%
Volume de Negócios	134,86	133,64	0,9%	221,34	-39,1%

Com a reabertura gradual dos restaurantes ao longo deste segundo trimestre e o levantamento das limitações de horários, canais e gama de venda, a evolução dos restaurantes abertos ao público é a que consta do quadro anexo, do que resulta que permaneciam encerrados a 30 de Junho apenas 8% do total dos restaurantes operados pela Ibersol:

% Lojas Próprias em Operação				
Mês	Portugal	Espanha	Angola	Total
Janeiro 21	76%	62%	100%	72%
Fevereiro 21	74%	65%	100%	72%
Março 21	75%	72%	100%	75%
Abril 21	94%	71%	100%	88%
Mai 21	96%	75%	100%	90%
Junho 21	97%	79%	100%	92%

Após um segundo confinamento geral no primeiro trimestre em Portugal, a tendência de recuperação que se verificava neste segundo trimestre foi interrompida por uma 4ª vaga, em consequência da disseminação generalizada da nova variante Delta e da dificuldade de controle do número de infetados, o que determinou a aplicação de novas restrições do que resultaram ritmos de recuperação com comportamentos distintos, consoante a geografia e o peso dos segmentos operados em cada um deles.

Depois de um ano de pandemia, as empresas absorveram a forma de lidar com as restrições ditadas pelo governo e de tomar as medidas mais adequadas.



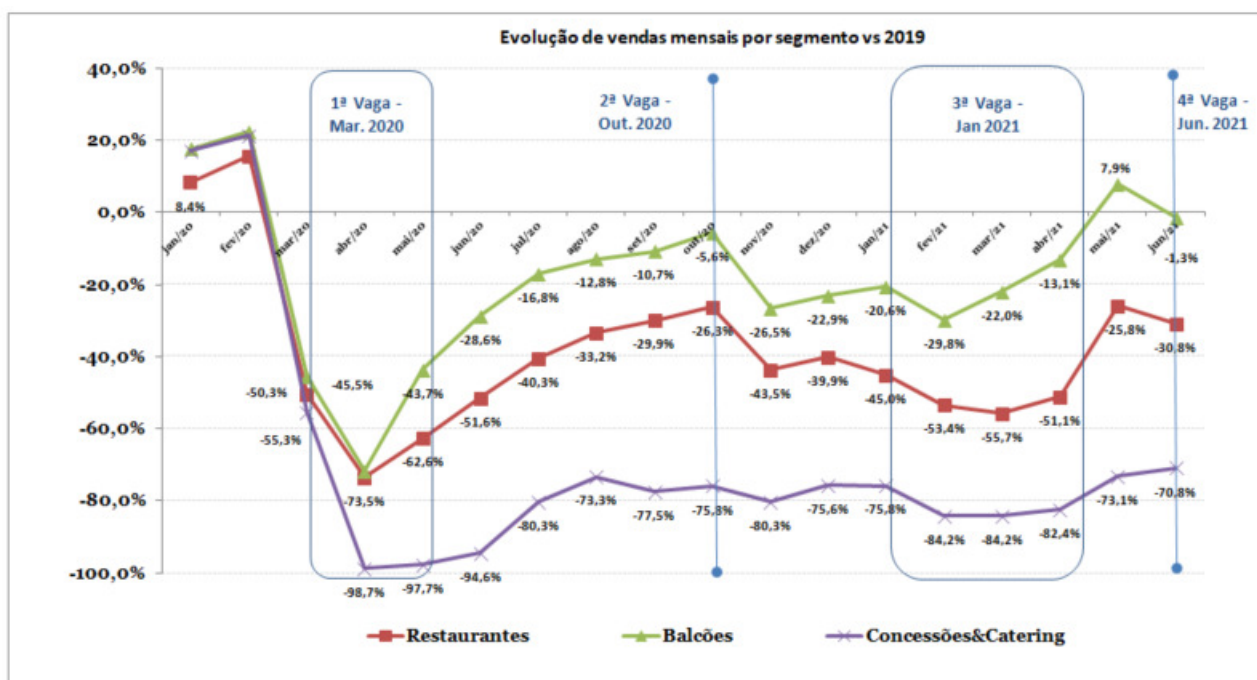
As curvas de perdas de vendas face ao ano de 2019 evidenciam o efeito das restrições que foram sendo implementadas desde 2020, nos diferentes países.

Em Portugal, como se referiu, os efeitos da 4ª vaga em Junho, traduziram-se num abrandamento do ritmo de recuperação, depois de no mês de Maio termos registado o melhor desempenho desde o início da pandemia.

Em Espanha, com um menor número de restaurantes com serviço de drive thru e localizações mais dependentes do turismo e do tráfego dos centros de cidade, verifica-se uma recuperação mais acentuada a partir do mês de Abril, diretamente relacionada com a evolução positiva dos tráfegos nos aeroportos e o levantamento gradual das restrições nas diferentes regiões.

As vendas dos restaurantes localizados em Angola traduzem a evolução em moeda local, - que não contempla os impactos decorrentes da conversão da moeda - continuando a ser os menos penalizados pelo efeito da pandemia, apesar do agravamento das restrições dos horários de funcionamento dos restaurantes, implementadas a partir de finais de Maio.

Neste contexto, a evolução mensal das vendas por segmentos, ilustra os impactos das distintas restrições vigentes durante o primeiro semestre e a respetiva comparação com o período homólogo de 2019.



O segmento de concessões e catering continuou a apresentar maiores dificuldades de recuperação, por efeito das restrições e limitações do tráfego aéreo e redução da mobilidade das pessoas, o que penaliza o canal de Travel e das condicionantes impostas ao funcionamento dos eventos no canal de catering, com o cancelamento e adiamento da generalidade dos mesmos.

Por isso, os restaurantes localizados nos aeroportos continuaram a ser fortemente penalizados pela redução dos tráfegos aéreos.

Em Espanha, onde o grupo opera restaurantes em nove aeroportos distintos, o tráfego de passageiros registou perdas no 1º semestre de 80% (77% no segundo trimestre), comparativamente com os tráfegos pré-covid de 2019, com os aeroportos localizados nas ilhas Canárias e Baleares a serem menos penalizados do que os aeroportos urbanos.

Em Portugal, o tráfego aéreo de passageiros registou um comportamento similar ao de Espanha, com perdas de cerca de 81% face a 2019, nos aeroportos em que o grupo tem presença.

É no entanto de salientar que o tráfego de passageiros, registou na parte final do semestre, uma recuperação mais acelerada, diretamente relacionada com o aumento do ritmo de vacinação nos países europeus e com a redução das limitações impostas à circulação.

Vendas Restauração (milhões de euros)	1S 2021			1S 2019	
	1S 2021	1S 2020	Var. 21/20	1S 2019	Var 21/19
Restaurantes	28,01	31,11	-10,0%	49,38	-43,3%
Balcões	91,08	77,07	18,2%	105,59	-13,7%
Concessões e Catering	12,87	22,31	-42,3%	58,09	-77,8%
Vendas Restauração	131,97	130,49	1,1%	213,06	-38,1%

Os restaurantes com serviço à mesa, que registaram uma recuperação muito acentuada no mês de Maio, voltaram a ser penalizados pelo agravamento das medidas de combate à pandemia em Junho – principalmente em Portugal -, que se traduziram em limitações na ocupação das salas e na redução dos horários de funcionamento dos restaurantes e do restante retalho localizado nos centros comerciais.

O aumento do peso das vendas de delivery, que representaram cerca de 33% das vendas de restauração, permitiram reduzir o impacto das limitações à operação nos segmentos de restaurantes e balcões, embora afetem de modo significativo a rentabilidade das operações, dado que têm custos mais elevados.

O segmento de balcões evidencia, uma vez mais, uma maior resiliência às medidas restritivas, ultrapassando pela primeira vez em Maio o volume de vendas pré-pandemia de 2019 e registando crescimentos de dois dígitos face ao 1º semestre de 2020, para o que contribuíram determinadamente três fatores:

- i) o impacto da expansão, nomeadamente das marcas Burger King, KFC e Taco Bell que ocorreu na segunda metade de 2019 e final de 2020;
- ii) a manutenção em funcionamento de uma parte significativa dos restaurantes com serviço de delivery e take away, desde que foi decretado o estado de emergência;
- iii) o bom desempenho dos restaurantes com serviço de Drive (operados pelas marcas Burger King e KFC) que têm superado as perdas incorridas no interior dos mesmos.

Durante o semestre, verificou-se o encerramento definitivo de 15 unidades, 10 das quais franquizadas e concretizou-se a abertura de dois novos restaurantes da Burger King e Pizza Hut em Portugal e a conversão de dois restaurantes Pasta Caffé em Taco Bell.

O encerramento dos 5 restaurantes próprios resultou da opção de não renovação de 3 contratos de arrendamento (dois restaurantes da Pans e um da Pizza Hut) e do termo dos contratos de concessão de dois restaurantes localizados nos aeroportos de Madrid e Bilbao.

No final do semestre, o número total de unidades era de 610 (528 próprias e 82 franquizadas), conforme se passa a explicitar:

Nº Unidades	2020	2021			2021
	31/Dec	Aberturas	Transf	Encerramentos	30/Jun
PORTUGAL	362	2	0	1	363
Próprias	361	2	0	1	362
Pizza Hut	97	1		1	97
Okilo+MIIT+Ribs	4				4
Pans+Roulotte	42				42
Burger King	107	1			108
KFC	35				35
Pasta Caffé	4		-2		2
Quiosques	8				8
Taco Bell	4		2		6
Cafetarias	27				27
Catering	10				10
Concessões e Outros	23				23
Franquiadas	1				1
ESPAÑA	248	0	0	14	234
Próprias	160	0	0	4	156
Pizza Móvil	14				14
Pizza Hut	3				3
Burger King	38				38
Pans	30			2	28
Ribs	13				13
FrescCo	2				2
KFC	2				2
Concessões	58			2	56
Franquiadas	88	0	0	10	78
Pizza Móvil	8			3	5
Pans	48			4	44
Ribs	20			1	19
Fresco	5			1	4
SantaMaria	7			1	6
ANGOLA	10	0	0	0	10
KFC	9				9
Pizza Hut	1				1
Outras Localizações - Franquiadas	3	0	0	0	3
Pans	3				3
Total Próprias	531	2	0	5	528
Total Franquiadas	92	0	0	10	82
TOTAL	623	2	0	15	610

Resultados Operacionais e Financeiros

O **resultado operacional** consolidado no final do primeiro semestre atingiu o valor de -17,7 milhões de euros, que compara com o registado em igual período de 2020 no montante de -31,8 milhões de euros.

O novo confinamento geral que determinou o encerramento dos restaurantes até meados de Abril e a operação limitada no segundo trimestre voltaram a penalizar o desempenho operacional do grupo. A capacidade de adaptação a esta nova realidade e os apoios reconhecidos ao abrigo dos planos de proteção ao emprego e incentivo à normalização da atividade empresarial, permitiram no entanto atingir uma recuperação significativa do resultado operacional face ao período homólogo de 2020 de +44,3%, evidenciando melhor capacidade de resposta ao confinamento.

De salientar que, nos termos do disposto no IFRS16 foi reconhecido a partir de 1 de Janeiro de 2019 o direito de uso dos espaços objeto de contratos de locação celebrados com a AENA, registado no ativo da sociedade, por contrapartida do passivo correspondente à totalidade das rendas a pagar durante o período contratual (em valores atualizados), pelo que, estão reconhecidos integralmente os custos relacionados com a locação nos aeroportos em Espanha por falta de acordo com a AENA para o seu reajustamento. No caso de ser precedente o pedido de reequilíbrio das rendas que efetuámos, o resultado operacional melhoraria em 15 milhões de euros por efeito da aplicação dos princípios referidos no parágrafo seguinte.

(Milhões de euros)	6M 2021	% Volume Negócios	6M 2020	% Volume Negócios	var.
Volume de Negócios	134,86	100,0%	133,64	100,0%	0,9%
Vendas	134,25	99,5%	133,04	99,6%	0,9%
Prestações de serviços	0,61	0,5%	0,60	0,4%	1,9%
Custos Operacionais					
Custo das vendas	34,28	25,4%	33,71	25,2%	1,7%
margem bruta %	74,6%		74,8%		-0,2p.p.
Fornecimentos e serviços externos	33,92	25,1%	34,25	25,6%	-1,0%
Custos com o pessoal	49,50	36,7%	52,76	39,5%	-6,2%
Amortizações, deprec. e perdas imparidade de AFT, Direito de Uso, Goodwill e AI	42,64	31,6%	46,95	35,1%	-9,2%
Outros proveitos /(custos) operacionais	-7,78	-5,8%	-2,23	-1,7%	248,9%
Total de custos operacionais	152,56	113,1%	165,44	123,8%	-7,8%
Resultados Operacionais	-17,70	-13,1%	-31,80	-23,8%	44,3%
margem	-13,1%		-23,8%		+10,7p.p.
Ebitda	24,94	18,5%	15,15	11,3%	64,6%
margem	18,5%		11,3%		+7,2p.p.

Para efeitos de informação financeira comparativa, na coluna de 6M 2020 do quadro anterior, foi reclassificado da rubrica de Outros proveitos/ (custos) operacionais para a rubrica de FSE's, o montante de 2,5 milhões de euros de bonificações de rendas de 2020 ao abrigo do "amendments to IFRS 16". À data de 30.06.2021, este montante totaliza 3,1 milhões de euros e encontra-se reconhecido como menos gastos de FSE's

O **volume de negócios** ascendeu a 134,9 milhões de euros o que representa um ligeiro aumento de 1,2 milhões de euros face ao período homólogo de 2020, decorrente do melhor desempenho em Portugal no valor de 4,6 milhões de euros que permitiu minimizar as perdas incorridas em Espanha, devido a uma maior exposição no mercado dos aeroportos.

A **margem bruta** registada foi de 74,6% do volume de negócios, 0,2p.p inferior à do semestre homólogo (1º Semestre 20: 74,8%).

Os **custos com pessoal** reduziram 6,2%, tendo o peso desta rubrica passado a representar 36,7% do volume de negócios (1 Semestre 20: 39,5%).

No decurso deste primeiro semestre e para conciliar a redução da atividade e a proteção dos empregos, as empresas do grupo aderiram ao ERTE e Lay Off simplificado em Espanha e Portugal e ao programa de Apoio à Retoma Progressiva, ao abrigo dos quais resultou uma redução dos custos com pessoal no valor de 6,8 milhões de euros.

Por outro lado e por força das consequências do impacto da pandemia na atividade do grupo em Espanha, foi realizado um “ERE” (Expediente de Regulação de Emprego), no âmbito do plano de racionalização da estrutura de suporte aos negócios, do qual resultou um acréscimo de custos com indemnizações no valor de 1 milhão de euros.

Apesar do significativo aumento das vendas a domicílio de que resultou um aumento das comissões pagas aos agregadores, os custos com **Fornecimentos e Serviços Externos** reduziram 1,0% passando a representar 25,1% do volume de negócios, o que traduz uma redução de 0,5 p.p. face ao período homólogo (1º Semestre 2020: 25,6%).

No primeiro semestre, o grupo manteve negociações de contratos de prestação de serviços, que permitiram mitigar parte das perdas provocadas pelo segundo encerramento dos restaurantes. Contudo, o aumento do peso das vendas através de delivery impediu uma maior redução no peso desta rubrica.

Por outro lado, em resultado da aplicação do “Amendments à IFRS 16” para tratamento dos benefícios já acordados às locações, estão refletidos 3,1 milhões de euros de descontos de rendas, acordados com os locadores até 30 de Junho e os que resultaram do efeito da redução das rendas mínimas nos centros comerciais em Portugal em resultado da aplicação da Lei n.º4-A/2021 no período de Janeiro a Junho de 2021.

A 30 de Junho, não estavam, contudo, concluídas, como se referiu, quaisquer negociações referentes às unidades localizadas nos aeroportos em Espanha.

Os **outros proveitos e custos operacionais** no valor total de 7,8 milhões de euros representam um aumento de 5,5 milhões de euros face ao período homólogo de 2020, diferença essa que é maioritariamente explicada pelos apoios governamentais no âmbito da pandemia Covid-19 reconhecidos no período:

- No âmbito dos programas Apoiar e do Incentivo Extraordinário à Normalização da Atividade Empresarial no primeiro semestre foram reconhecidos 7,5 milhões de euros;
- Redução em Angola dos proveitos proveniente das diferenças de câmbio favoráveis em 2,0 milhões de euros;

As amortizações, depreciações, perdas por imparidade de AFT, direito de uso e Goodwill no primeiro semestre, totalizaram 42,6 milhões de euros, das quais 28,6 milhões correspondem a amortizações dos direitos de uso.

A redução de cerca de 4,4 milhões de euros face ao período homólogo de 2020, resulta maioritariamente das perdas de imparidade reconhecidas no primeiro semestre do ano anterior no valor total de 4,2 milhões de euros.

O **EBITDA** ascendeu a 24,9 milhões de euros, representando um aumento de 64,6% face a igual período do ano anterior.

A margem EBITDA total foi de 18,5% do volume de negócios que compara com 11,3% em igual período do ano anterior.

O **Resultado Financeiro** no primeiro semestre de 2021 foi negativo em 9,5 milhões de euros, menos 0,7 milhões do que o registado no primeiro semestre de 2020.

(Milhões de euros)	6M 2021	% Volume Negócios	6M 2020	% Volume Negócios	var.
Resultado Financeiro	9,54	7,1%	10,26	7,7%	-7,0%
Gastos e perdas financeiras	9,85	7,3%	10,97	8,2%	-10,2%
Rendimentos e ganhos financeiros	0,31	0,2%	0,71	0,5%	-56,4%

Os gastos e perdas financeiras totalizaram 9,9 milhões de euros, o que traduz uma redução de 1,11 milhões de euros face ao primeiro semestre de 2020. Uma parte destes gastos e perdas, corresponde aos juros com locações no valor de 7,7 milhões (8,5 milhões no primeiro semestre de 2020).

Os juros líquidos suportados com financiamento e as comissões associadas atingiram o montante de 1,6 milhões de euros, o que corresponde a um custo médio dos empréstimos de 1,9%.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

O Ativo consolidado atingiu o montante de 714,5 milhões de euros e o Capital Próprio situou-se em 133,6 milhões de euros, representando cerca de 18,7% do total do Ativo.

O investimento em ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis ascendeu a 4,4 milhões de euros. Cerca de 2,4 milhões, corresponde ao investimento incorrido na concretização do plano de expansão e o restante na remodelação e modernização de um conjunto de restaurantes.

(milhões de euros)	6M 2021	2020	var.
Adições activos tangíveis	3,7	24,9	-21,2
Adições activos intangíveis	0,7	3,4	-2,7
Capex	4,4	28,3	-23,9

O Passivo corrente ascende a 176,3 milhões de euros dos quais 85 milhões correspondem a Responsabilidades com Locações e 22,2 milhões de euros a Empréstimos de curto prazo. Nas responsabilidades com locações está incluído o montante de 39 milhões de euros referentes a rendas de Aeroportos de Espanha (AENA) que entendemos como não devidas, 24 milhões referentes ao exercício de 2020 e 15 milhões referentes ao primeiro semestre de 2021.

No que concerne aos Empréstimos correntes refira-se que o Grupo tinha 31 milhões de euros de linhas contratadas e não utilizadas, dos quais 6 milhões de euros com maturidades superiores a 1 ano.

O Passivo consolidado atingiu um montante de 580,8 milhões de euros a 30 de Junho de 2021, o que representa um aumento de 8,5 milhões de euros, face ao valor final de 2020.

A 30 de Junho de 2021, o Capital Próprio ascendia a 133,6 milhões de euros, 22,8 milhões de euros inferiores ao registado no final de 2020.

Demonstração da Posição Financeira Consolidada (milhões de euros)	30/06/2021	31/12/2020	Var.
Total do Activo	714,5	728,7	-14,3
CAPITAL PRÓPRIO	133,6	156,4	-22,8
Dívida Remunerada (Empréstimos)	177,6	165,1	12,6
Responsabilidades com Locações	329,7	329,0	0,7
Outros Passivos	73,5	78,2	-4,8
Total do Capital Próprio e Passivo	714,5	728,7	-14,3

No final do primeiro semestre de 2021, a dívida líquida ascendia a 446,0 milhões de euros, cerca de 4,9 milhões de euros superiores ao valor em dívida no final de 2020 (441,1 milhões de euros), registando-se um aumento do “Gearing” para 77% (74% em 2020).

No semestre, o total da dívida bancária líquida aumentou 4,2 milhões de euros, situando-se em 116,3 milhões de euros no final do período.

(milhões de euros)	30/06/2021	31/12/2020	var.
Total Empréstimos	177,6	165,1	12,6
Caixa e Depósitos Bancários	-59,7	-50,6	9,1
Outros Activos Financeiros Correntes e Não Correntes	-1,7	-2,4	-0,8
Dívida Bancária Líquida	116,3	112,1	4,2
Locações	329,7	329,0	0,7
Dívida Líquida	446,0	441,1	4,9
Capital Próprio	133,6	156,4	-22,8
Gearing (Dívida Líquida/ Dívida Líquida+Capital Próprio)	77%	74%	

Glossário

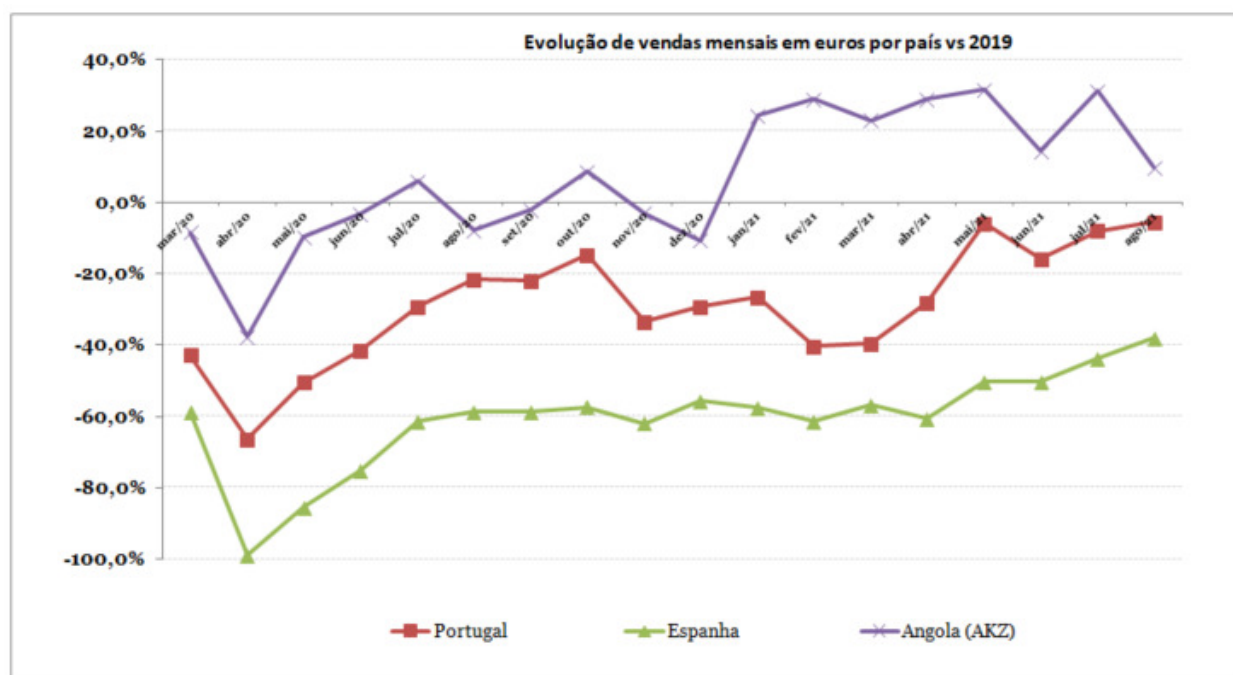
Demonstração de Resultados	
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços
Vendas	Vendas de restauração + vendas de mercadorias
Vendas de Restauração	Vendas realizadas pelos restaurantes operados directamente
Vendas de Mercadorias	Vendas de mercadorias a terceiros e franquizados
Margem Bruta	Vendas + Prestações de Serviços - Custo das Vendas
Margem EBIT	EBIT / Volume de negócios
Margem EBITDA	EBITDA / Volume de negócios
EBIT (Earnings before Interest and Taxes)	Resultados Operacionais
EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)	Resultados operacionais deduzidos de Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de Activos fixos tangíveis, Direitos de uso, Goodwill e Ativos intangíveis
Situação Financeira	
Capex	Adições de ativos fixos tangíveis e intangíveis
Racio de cobertura de juros	EBITDA / Juros Totais
Dívida Bancária Líquida	Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos - caixa, depósitos bancários, outros ativos financeiros não correntes e outros ativos financeiros correntes
Dívida Líquida	Dívida Bancária Líquida + Responsabilidades com Locações
Gearing	Dívida Líquida / (Dívida líquida + Capital próprio)
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Total do Activo

PERSPETIVAS

As previsões recentes do FMI para 2021, apontam para crescimento de 3,9% do PIB em Portugal e 6,2% em Espanha, o que indicia uma retoma lenta e insuficiente, nomeadamente em áreas de negócio que dependem do tráfego e circulação de pessoas, como os aeroportos e centros comerciais.

À data da publicação deste relatório, assistimos a um abrandamento das restrições impostas à mobilidade das pessoas e das limitações de horários de funcionamento do retalho, verificando-se contudo, a obrigatoriedade de apresentação de certificado digital europeu comprovativo da vacinação ou teste negativo à COVID-19 na restauração ao fim de semana, o que condiciona a retoma nestes períodos, enquanto a grande maioria da população ativa não estiver vacinada.

Após os meses de Junho e Julho em que por força da propagação da variante Delta se registou um abrandamento no ritmo de recuperação, o mês de Agosto, apresenta sinais de retoma significativos em Portugal e Espanha, beneficiando em parte da recuperação do turismo.



Se se cumprirem as orientações do governo português, quando 85% da população estiver vacinada com duas doses, serão levantadas a maior parte das medidas restritivas, esperando-se que tal possa ocorrer em meados de Setembro. A partir desse momento, a atividade da Ibersol passará a estar dependente da evolução da procura que resultará da evolução dos níveis de confiança dos consumidores, que desejamos evoluam favoravelmente ao longo dos meses até que se atinja um patamar equivalente aos níveis de vendas Pré-Covid, nomeadamente em regiões com elevado peso das atividades turísticas.

Neste enquadramento, ainda que seja prematuro extrapolar esta recuperação para o último quadrimestre deste ano, é expectável que o volume de negócios dos meses subsequentes se vá aproximando dos níveis que se verificaram em 2019, se não ocorrerem fatores anómalos.

O Grupo Ibersol mantém os planos de prevenção/contingência ativados e recorrerá - sempre que possível - aos mecanismos disponíveis de proteção dos postos de trabalho que permitam minimizar os impactos negativos para o grupo e seus colaboradores, apesar de tudo indicar que entraremos numa fase mais positiva em que se verificará um maior controlo dos efeitos da pandemia.

Adicionalmente às 4 aberturas concretizadas no semestre, daremos continuidade aos planos de expansão das marcas e formatos que maior resiliência tem demonstrado neste período, com a abertura de cerca de duas dezenas de novos restaurantes.

Para garantir uma estrutura financeira que permita suportar a retoma e os investimentos, continuaremos a estudar as formas mais adequadas para reforçar os capitais de médio e longo prazo.

Porto, 10 de Setembro de 2021

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira

Juan Carlos Vázquez-Dodero de Bonifaz

Maria Deolinda Fidalgo do Couto

Declaração do Conselho de Administração

Declaração de conformidade a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Em cumprimento da alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários cada um dos membros do órgão de administração abaixo identificados declaram que tanto quanto é do seu conhecimento:

- (i) As demonstrações financeiras consolidadas intercalares, referentes ao primeiro semestre de 2021, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- (ii) o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no período, a evolução dos negócios do desempenho e da posição do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

António Alberto Guerra Leal Teixeira
António Carlos Vaz Pinto Sousa
Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira
Juan Carlos Vázquez-Dodero de Bonifaz
Maria Deolinda Fidalgo do Couto

Presidente do Conselho de Administração
Vice-Presidente do Conselho de Administração
Vogal do Conselho de Administração
Vogal do Conselho de Administração
Vogal do Conselho de Administração

Informação sobre transações de ações próprias

Dando cumprimento ao disposto da alínea d) do nº5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que durante o primeiro semestre a sociedade não procedeu a qualquer transação de ações próprias. Em 30 de Junho de 2021, a Ibersol SGPS, SA detinha 3.599.981 ações próprias representativas de 9,9999% do capital social, discriminadas como se segue:

Transações período	Quantidade	Montante (€)	Custo médio (€)
Saldo início ano	3.599.981	11.180.516	3,11
Saldo fim período	3.599.981	11.180.516	3,11

Participações Qualificadas

De acordo com o disposto no artigo 9º número1 alínea c) do Regulamento da CMVM nº5/2008, indicamos os titulares de participações qualificadas conhecidos em 30 de Junho de 2021.

Accionista	nº acções	% capital social
ATPS - SGPS, S.A.		
Directly	16.597.058	46,10%
ANUTA- Serviços e Gestão SA	3.170.000	8,81%
António Alberto Guerra Leal Teixeira	2.520	0,01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	2.520	0,01%
Total	19.772.098	54,92%
Magallanes Iberian Equity FI		
Total participação detida / imputável	1.484.168	4,12%
Bestinver Gestion GGIC		
Total participação detida / imputável	3.720.260	10,33%
Fidelity Management & Research Company LLC		
Directly	1.105.146	3,07%
MCWIN S.R.O		
Total participação detida / imputável	1.062.281	2,951%

(*) Os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Pinto Sousa e a Alberto Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indiretamente, em partes iguais, através, respetivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

Informação sobre transações dos Órgãos Sociais

Em cumprimento do Artigo 9º nº1 alíneas a) e c) do Regulamento da CMVM nº5/2008, informamos as transações e o número de valores mobiliários emitidos pela sociedade ou por sociedades em relação de domínio detidos por parte dos membros dos Órgãos Sociais referentes ao 1º semestre

Conselho de Administração	Data	Aquisições/acréscimos		Alienações		SALDO 30.06.2021
		nº acções	preço	nº acções	preço	
António Alberto Guerra Leal Teixeira						
DUNBAR- SERVIÇOS E GESTÃO SA (1)					9.996	
Ibersol SGPS, SA					2.520	
António Carlos Vaz Pinto Sousa						
CALUM- SERVIÇOS E GESTÃO SA (2)					9.996	
Ibersol SGPS, SA					2.520	
Maria Deolinda Fidalgo Couto						
Ibersol SGPS, SA					5.220	
<hr/>						
(1) DUNBAR- SERVIÇOS E GESTÃO SA						
ATPS- S.G.P.S., SA (3)					2.840	
<hr/>						
(2) CALUM- SERVIÇOS E GESTÃO SA						
ATPS- S.G.P.S., SA (3)					2.840	
<hr/>						
(3) ATPS- S.G.P.S., SA						
ANUTA - Serviços e Gestão , SA (4)					50.000	
Ibersol SGPS, SA	09-06-2021			3.170.000	6,10	16.597.058
<hr/>						
(4) ANUTA - Serviços e Gestão , SA						
Ibersol SGPS, SA		3.170.000	6,10			3.170.000

Informação de Transações de Dirigentes

Em cumprimento do disposto no artigo 14º nº 7 do Regulamento da CMVM nº 5/2008, informamos que durante o primeiro semestre não foram comunicadas à sociedade transações de ações da emitente efetuadas por dirigentes e pessoas estreitamente relacionadas com aqueles.

Ibersol S.G.P.S., S.A.

**Demonstrações Financeiras Condensadas Consolidadas
Intercalares**

30 de Junho de 2021

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA INTERCALAR
EM 30 DE JUNHO DE 2021
(valores em euros)

ACTIVO	Notas	30/06/2021	31/12/2020
Não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	8	204 667 534	213 304 027
Direitos de uso	7	264 911 930	281 632 588
Goodwill	9	80 509 642	80 509 642
Activos Intangíveis	9	35 586 759	36 849 594
Investimentos financeiros em emp. conjuntos e associadas	6	3 293 942	2 699 661
Activos financeiros não correntes	6	477 327	574 737
Outros activos financeiros	10	1 662 842	823 927
Outros activos não correntes	11	8 468 135	7 743 025
Impostos diferidos	6 e 17	19 328 514	14 914 797
Total de activos não correntes	6	618 906 625	639 051 998
Corrente			
Inventários		11 469 069	11 602 015
Imposto s/ rendimento a recuperar	6 e 17	194 103	169 241
Outros activos financeiros	10	25 847	1 618 259
Outros activos correntes	13	24 187 851	25 745 207
Caixa e depósitos bancários	12	59 679 054	50 550 293
Total de activos correntes		95 555 924	89 685 015
Total do Activo		714 462 549	728 737 013
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos accionistas			
Capital Social		36 000 000	36 000 000
Acções próprias		-11 180 516	-11 180 516
Prémios de emissão		469 937	469 937
Reservas legais		1 751 081	1 629 598
Reservas de conversão cambial		-12 655 053	-12 821 109
Outras reservas e resultados transitados		142 053 271	197 372 003
Resultado líquido do exercício		-22 902 318	-55 197 249
Total do Capital Próprio atribuível aos accionistas		133 536 402	156 272 664
Interesses que não controlam		86 174	133 241
Total do Capital Próprio		133 622 576	156 405 905
PASSIVO			
Não corrente			
Empréstimos	14	155 430 502	145 494 956
Responsabilidade com locações	14	244 694 885	254 632 020
Impostos diferidos	6 e 17	3 630 326	3 896 164
Provisões	6	778 023	33 257
Instrumentos financeiros derivados	6	44 319	63 078
Outros passivos não correntes		6 026	6 026
Total de passivos não correntes		404 584 081	404 125 501
Corrente			
Empréstimos	14	22 212 152	19 573 625
Responsabilidade com locações	14	85 044 608	74 382 513
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	15	54 378 362	61 958 343
Imposto s/ rendimento a pagar	17	264 542	15 329
Outros passivos correntes	16	14 356 228	12 275 797
Total de passivos correntes		176 255 892	168 205 607
Total do Passivo		580 839 973	572 331 108
Total do Capital Próprio e Passivo		714 462 549	728 737 013

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONDENSADA DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO
INTERCALAR
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(valores em euros)

	<u>Notas</u>	<u>6 meses findos em 30/06/2021</u>	<u>6 meses findos em 30/06/2020</u>
Vendas	6	134 247 085	133 041 159
Prestações de serviços	6	612 080	600 615
Custo das vendas		-34 281 007	-33 707 405
Fornecimentos e serviços externos		-33 916 991	-36 726 602
Custos com o pessoal		-49 501 777	-52 756 667
Amortizações, deprec. e perdas imparidade de AFT, Direito de Uso, Goodwill e AI	7, 8 e 9	-42 641 876	-46 954 410
Outros proveitos /(custos) operacionais	18	7 777 888	4 700 665
Resultados Operacionais		-17 704 598	-31 802 645
Gastos e perdas financeiras	19	-9 854 318	-10 968 404
Rendimentos e ganhos financeiros	19	309 320	709 689
Ganhos (perdas) em associadas e empreend.conjuntos		-105 719	-82 201
Resultados antes de impostos		-27 355 315	-42 143 561
Imposto sobre o rendimento	20	4 405 931	8 781 473
Resultado líquido consolidado		-22 949 384	-33 362 088
Outro rendimento integral:			
Variação da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		166 056	-1 227 676
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		-22 783 328	-34 589 764
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		-22 902 318	-33 331 342
Interesses que não controlam		-47 067	-30 746
		-22 949 385	-33 362 088
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		-22 736 262	-34 559 018
Interesses que não controlam		-47 067	-30 746
		-22 783 329	-34 589 764
Resultado por acção:	21		
Básico		-0,71	-1,03
Diluído		-0,71	-1,03

Porto, 10 de Setembro de 2021

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONDENSADA DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
CONSOLIDADO INTERCALAR
PARA O SEGUNDO TRIMESTRE DOS ANOS 2021 E 2020
(valores em euros)

	Notas	2º TRIMESTRE (não auditado)	
		3 meses findos em 30/06/2021	3 meses findos em 30/06/2020
Vendas		78 797 850	38 607 000
Prestações de serviços		402 743	8 480
Custo das vendas		-19 852 513	-9 792 816
Fornecimentos e serviços externos		-18 482 492	-15 495 368
Custos com o pessoal		-28 426 559	-15 946 693
Amortizações, deprec. e perdas imparidade de AFT, Direito de Uso, Goodwill e AI		-21 329 008	-25 617 701
Outros proveitos /(custos) operacionais		5 275 544	2 875 096
Resultados Operacionais		-3 614 435	-25 362 002
Gastos e perdas financeiras		-4 929 551	-5 533 855
Rendimentos e ganhos financeiros		63 571	363 060
Ganhos (perdas) em empreend.conjuntos - MEP		92 905	-67 753
Resultados antes de impostos		-8 387 510	-30 600 550
Imposto sobre o rendimento		1 177 075	6 243 291
Resultado líquido consolidado		-7 210 435	-24 357 259
Outro rendimento integral:			
Varição da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		-335 621	-876 856
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		-7 546 056	-25 234 115
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		-7 175 714	-24 345 639
Interesses não controlados		-34 722	-11 620
		-7 210 436	-24 357 259
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		-7 511 335	-25 222 495
Interesses não controlados		-34 722	-11 620
		-7 546 057	-25 234 115
Resultado por acção:			
Básico		-0,22	-0,75
Diluído		-0,22	-0,75

Porto, 10 de Setembro de 2021

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONDENSADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO INTERCALAR
para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2021 e 2020
(valores em euros)

Nota	Atribuível a detentores do capital						Resultado Líquido	Total	Interesses que não Controlam	Total Capital Próprio
	Capital Social	Acções Próprias	Prémios de Emissão	Reservas legais	Reservas de conversão cambial	Outras Reservas e Resultados Transitados				
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	36 000 000	-11 180 516	469 937	1 075 511	-10 355 553	180 376 862	17 549 228	213 935 469	293 007	214 228 476
Alterações do período:										
Aplicação do resultado consolidado de 2019: Transferência para reservas e resultados transitados						17 549 228	-17 549 228	-		-
Reservas de conversão - Angola					-1 227 676			-1 227 676		-1 227 676
Resultado consolidado do período de seis meses findos em 30 de Junho de 2020							-33 331 342	-33 331 342	-30 746	-33 362 088
Total alterações do período	-	-	-	-	-1 227 676	17 549 228	-50 880 570	-34 559 018	-30 746	-34 589 764
Resultado líquido consolidado							-33 331 342	-33 331 342	-30 746	-33 362 088
Rendimento consolidado integral								-34 559 018	-30 746	-34 589 764
Operações com detentores de capital no período										
Aplicação do resultado consolidado de 2019: Dividendos distribuídos								-	-49 806	-49 806
	-	-	-	-	-	-	-	-	-49 806	-49 806
Saldo em 30 de Junho de 2020	36 000 000	-11 180 516	469 937	1 075 511	-11 583 229	197 926 090	-33 331 342	179 376 451	212 455	179 588 906
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	36 000 000	-11 180 516	469 937	1 629 598	-12 821 109	197 372 003	-55 197 249	156 272 664	133 241	156 405 905
Alterações do período:										
Aplicação do resultado consolidado de 2020: Transferência para reservas e resultados transitados				121 483		-55 318 732	55 197 249	-		-
Reservas de conversão - Angola					166 056			166 056		166 056
Resultado consolidado do período de seis meses findos em 30 de Junho de 2021							-22 902 318	-22 902 318	-47 067	-22 949 385
Total alterações do período	-	-	-	121 483	166 056	-55 318 732	32 294 931	-22 736 262	-47 067	-22 783 329
Resultado líquido consolidado							-22 902 318	-22 902 318	-47 067	-22 949 385
Rendimento consolidado integral								-22 736 262	-47 067	-22 783 329
Operações com detentores de capital no período										
Aplicação do resultado consolidado de 2020: Dividendos distribuídos								-		-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2021	36 000 000	-11 180 516	469 937	1 751 081	-12 655 053	142 053 271	-22 902 318	133 536 402	86 174	133 622 576

Porto, 10 de Setembro de 2021

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstração Condensada dos Fluxos de Caixa Consolidados Intercalares
Para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2021 e 2020

(valores em euros)

	Nota	6 meses findos em 30/06/2021	6 meses findos em 30/06/2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		135 072 051	136 239 130
Pagamentos a fornecedores		-59 704 255	-77 453 851
Pagamentos ao pessoal		-38 134 650	-44 365 345
Fluxos gerados pelas operações		37 233 145	14 419 934
Pagamentos/recebimento imposto s/ rendimento		-49 297	-114 058
Outros receb/pagam. rel. à activ.operacional		-10 560 456	-11 167 608
Fluxos das atividades operacionais (1)		26 623 391	3 138 268
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		75 859	55 195
Activos fixos tangíveis			1 412
Activos intangíveis			
Juros recebidos		236 184	601 044
Outros activos financeiros		1 651 646	1 509 173
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		678 450	128 025
Outros activos financeiros		950 071	
Activos fixos tangíveis		10 993 491	17 248 416
Activos intangíveis		1 664 916	1 706 480
Fluxos das atividades de investimento (2)		-12 323 239	-16 916 097
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		23 333 144	62 286 425
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		10 511 852	1 633 794
Dívida de locação		12 300 435	16 854 863
Juros de empréstimos e custos similares		2 111 468	2 271 161
Juros de contratos de locação		3 659 565	6 456 018
Fluxos das atividades de financiamento (3)		-5 250 176	35 070 589
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		9 049 976	21 292 760
Efeitos de diferenças cambiais		-16 747	-182 251
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		50 549 377	34 684 804
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12	59 582 606	55 795 313

Porto, 10 de Setembro de 2021

O Conselho de Administração,

IBERSOL SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS
INTERCALARES

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Grupo” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 610 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pans & Company, Ribs, FrescoCo, SantaMaría, Kentucky Fried Chicken, Burger King, Quiosques, Pizza Móvil, Miit, Taco Bell, Sol, Silva Carvalho Catering e Palace Catering, cafetarias e outras concessões. O Grupo possui 528 unidades de exploração própria e 82 em regime de franquia. Deste universo, 363 estão sediadas em Portugal, das quais 362 são próprias e 1 franquizada, e 234 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 156 estabelecimentos próprios e 78 franquizados, e 10 em Angola e 3 noutras localizações.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Euronext de Lisboa.

A Empresa-mãe e entidade controladora final da Ibersol SGPS é a sociedade ATPS – SGPS, S.A..

COVID 19

O primeiro semestre de 2021 – contrariamente ao que era expectável – foi o período em que os negócios de Restauração funcionaram com mais restrições desde o início da Pandemia. De facto, em 2020, o confinamento foi de 45 dias, tendo o negócio funcionado em regime de normalidade durante cerca de 75 dias.

Por seu turno em 2021, não só o período de confinamento foi de 94 dias (de 15 de Janeiro a 19 de Abril) como, logo após o seu termo, foram introduzidas em Junho novas restrições que se prolongaram para além do semestre.

A partir do dia 19 de Abril, a Ibersol começou a reabrir gradualmente os restaurantes, embora com limitações e restrições à operação dos mesmos.

Porém, no mês de junho, verificou-se um agravamento da situação pandémica em Portugal devido à disseminação da variante Delta e à dificuldade de calibrar a abertura da economia com a variação do número de infetados, tendo sido decretadas novas condicionantes a nível regional, consoante os graus de incidência e de transmissibilidade da doença, que condicionaram o ritmo de recuperação da atividade.

Apesar deste entorno, a atividade de 2021 - quando cotejada com a de 2020 - evoluiu de forma muito mais favorável, ao que não é indiferente o maior conhecimento da forma de abordar os efeitos das sucessivas alterações do enquadramento legal que foram sendo aprovadas pelo Governo.

Neste período, a atividade do Grupo manteve-se condicionada por:

- i) encerramento de restaurantes;
- ii) recolher obrigatório;
- iii) limitação dos horários de funcionamento dos restaurantes;
- iv) limitação de horários de funcionamento das restantes lojas ao fim de semana nos centros comerciais;
- v) restrições à mobilidade das pessoas e encerramento de fronteiras;
- vi) ausência de público nos estádios de futebol e realização de eventos com limites na lotação;

Em Portugal, no âmbito dos apoios à proteção do emprego, o grupo aderiu no semestre ao Lay-off simplificado, Apoio à Retoma Progressiva e ao Novo Incentivo à Normalização da Atividade Empresarial, enquanto em Espanha, permaneceu com cerca de 35% dos colaboradores em ERTE (equivalente ao lay off), dos quais resultaram apoios no valor de 13 milhões de euros no total dos dois países, 6,8 milhões de euros deduzidos em custos c/ pessoal e 6,3 milhões de euros reconhecidos em outros proveitos e custos operacionais (nota18). O Grupo optou, de acordo com o previsto na IAS 20 – Contabilização dos Subsídios do Governo e divulgação de Apoios do Governo, por apresentar estes apoios a deduzir aos gastos que lhe estão relacionados (custos c/ pessoal).

Por outro lado e por força das consequências do impacto da pandemia na atividade do grupo em Espanha, foi concluído um “ERE” (Expediente de Regulação de Emprego), em execução do plano de racionalização da estrutura de suporte aos negócios, do qual resultou um acréscimo de custos com indemnizações no valor de 1 milhão de euros.

Simultaneamente, continuaram as renegociações de contratos, nomeadamente dos contratos de arrendamento visando o seu reequilíbrio, das quais resultaram descontos no valor de 3,0 milhões de euros, muitos dos quais por efeito da aplicação do normativo legal vigente em Portugal, deduzidos nos gastos com Fornecimentos e serviços externos, considerando que os mesmos cumprem com os critérios definidos no amendment à IFRS16.

Conforme referido nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2020, no âmbito da negociação dos contratos de concessão dos aeroportos em Espanha, o Grupo Ibersol iniciou, durante o primeiro trimestre de 2021, um processo judicial contra a AENA de forma a obter o equilíbrio económico-financeiro dos respetivos contratos de concessão.

Até à presente data, não ocorreu nenhuma evolução da ação intentada pelo Grupo Ibersol pelo que continuamos a registar o valor das rendas mínimas que constam dos respetivos contratos.

Desta forma, no que diz respeito ao processo de negociação das rendas é forte expectativa do Conselho de Administração, suportada igualmente nos seus assessores jurídicos, que o desfecho do mesmo lhe seja favorável, o que resultará num valor de rendas mínimas garantidas a pagar à AENA inferior ao inicialmente projectado nos contratos originais em cerca de 95 milhões de euros, dos quais 24 milhões de euros referentes a 2020 e outros 24 milhões de euros a 2021, sendo os remanescentes 47 milhões de euros referentes a períodos após 1 de janeiro de 2022.

De referir que o valor constante no passivo de locação reconhecido nas contas consolidadas da Ibersol a 30 de junho de 2021, e de acordo com o previsto na IFRS 16, não inclui qualquer alteração ao valor original previsto nos contratos. Na preparação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração teve em consideração esta situação e as melhores estimativas da Gestão quanto ao desfecho da mesma, avaliando o eventual impacto do mesmo e as incertezas que lhe possam estar associadas. Esta expectativa está refletida nas análises de recuperabilidade dos ativos não correntes, nomeadamente ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, goodwill, direito de uso e impostos diferidos ativos.

Em Espanha, as limitações ao funcionamento foram diferentes de região para região, com Madrid a aplicar restrições mais ténues contrariamente ao que ocorreu em Barcelona. Considerando as incertezas que subsistem quanto ao levantamento das restrições e limitações vigentes e em especial as que afetam a mobilidade entre países, bem como quanto à retoma dos níveis de confiança dos consumidores, não é possível definir com clareza o momento em que se verificará a recuperação dos níveis de vendas Pré-Covid, nomeadamente em regiões com elevado peso das atividades turísticas.

Neste contexto, o Grupo, na medida do possível, procedeu durante o segundo trimestre à reabertura gradual dos restaurantes, procurando ajustar os custos de operação aos proveitos e, em articulação estreita com as instituições financeiras, concretizar a negociação do alargamento das linhas de financiamento disponíveis e entrada de novos financiamentos.

Considerando as perspectivas de um eventual não cumprimento a 31 de Dezembro de 2021 de alguns dos covenants existentes, o Grupo Ibersol encontra-se a diligenciar junto das respectivas

instituições financeiras a dispensa do cumprimento desses covenants, à semelhança do que aconteceu com referência a 31 de Dezembro de 2020.

Consequentemente, até Junho, aderimos ao prolongamento dos períodos de carência e de prazos nos financiamentos com garantia do Estado:

- i) Financiamento de apoio à economia Covid-19, em Portugal, com alargamento de 9 meses do período de carência e do prazo de maturidade, o que representa uma redução de reembolsos no curto prazo de 4,1 milhões de euros;
- ii) Linha ICO de 20 milhões de euros, em Espanha, com aumento de mais um ano de carência e alargamento da maturidade em mais 3 anos (2025 para 2028), determinando a redução de reembolsos no curto prazo de 5 milhões de euros;
- iii) Outros financiamentos ICO, em Espanha, com aumento de período de carência e do prazo de maturidade em 1 ano, representando uma redução nos reembolsos a curto prazo de 0,8 milhões de euros;
- iv) Linhas ICO, no montante de 15 milhões de euros que aumentaram o prazo em mais 1 ano.

Adicionalmente, celebramos contratos de financiamento no montante de 11,5 milhões de euros ao abrigo da Linha de Apoio à Economia Covid-19 – Médias e Grandes Empresas do Turismo.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

2.1. Bases de apresentação, de consolidação e principais políticas contabilísticas

Estas demonstrações financeiras condensadas consolidadas intercalares foram preparadas em conformidade com a Norma Internacional n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar, pelo que não incluem toda a informação exigida pelas demonstrações financeiras anuais, e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da empresa relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

As políticas contabilísticas adotadas a 30 de Junho de 2021 são idênticas às adotadas na preparação das demonstrações financeiras em 30 Junho e 31 de Dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 10 de Setembro de 2021.

Alteração em linhas apresentadas na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Com referência a 30 de Junho de 2021, e relativamente às demonstrações financeiras condensadas consolidadas intercalares de 30 de junho de 2020, o Grupo Ibersol individualizou o efeito do pagamento de juros e dívida financeira associada aos contratos de locação, tendo passado a apresentar a componente de juro na linha de “Juros e custos similares”. O Grupo Ibersol decidiu ainda autonomizar o efeito das diferenças de câmbio.

Para efeitos de comparabilidade, estas alterações foram também efetuadas no período homólogo apresentado.

2.2 . Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

2.2.1 As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2021:

a) Covid 19 – Concessões de rendas Alteração à IFRS 16

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Covid-19 – Concessões de rendas”, que alterou a IFRS 16 Locações. Se certas condições se verificarem, a alteração permite que os arrendatários, como um expediente prático, não avaliem se determinadas concessões de renda relacionadas com o Covid-19 são modificações da locação. Em vez disso, os arrendatários que apliquem o expediente prático deverão contabilizar essas concessões de renda como se não fossem modificações da locação, de modo que, por exemplo, o valor da renda perdoado em ou antes de 30 de junho de 2021 é reconhecido no resultado no mesmo ano em que a concessão é concedida, em vez de ser atribuída ao longo da duração do contrato, como seria o caso se o expediente prático não fosse permitido.

A alteração foi aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020.

b) Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma do Benchmark das Taxas de Juro – Fase 2 Estas alterações finalizam a resposta do Conselho à reforma em vigor das taxas interbancárias oferecidas (IBOR) e outras referências de taxas de juros. Estas alterações complementam as alterações emitidas em 2019 e dão ênfase aos efeitos nas demonstrações financeiras quando uma empresa substitui a antiga referência de taxa de juros por uma taxa de referência alternativa como resultado da reforma.

A adoção desta norma não provocou impactos nas demonstrações financeiras do grupo.

2.2.2 O Grupo decidiu optar pela aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

a) Covid 19 – Concessões de rendas Alteração à IFRS 16 – Em março de 2021, o IASB emitiu uma alteração à IFRS 16 Locações referente a concessões de rendas relacionadas com a Covid-19 após 30 de Junho de 2021.

Em 31 de março de 2021, o IASB publicou o documento «Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021 (emenda à IFRS 16).

A emenda à Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 16 Locações alarga o alívio operacional relacionado com a COVID-19 facultativo e temporário para os locatários, aplicável aos pagamentos originalmente devidos antes de ou em 30 de junho de 2021 no quadro de contratos de locação com isenção de pagamento, aos pagamentos originalmente devidos antes de ou em 30 de junho de 2022 no quadro desses mesmos contratos de locação com isenção de pagamento.

As empresas aplicam as alterações a partir de 1 de abril de 2021 relativamente aos exercícios financeiros com início, o mais tardar, em ou após 1 de janeiro de 2021.

O Grupo optou pela aplicação antecipada, uma vez que na perspectiva da gestão a mesma resulta numa melhoria da leitura das demonstrações financeiras, sendo que a aplicação deste expediente prático teve impacto em resultados do Grupo.

2.2.3 As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (endorsed) pela União Europeia e apenas são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

a) Alterações à IFRS 3, IAS 16, IAS 37 e às Melhorias das Normas Internacionais de Relato Financeiro (ciclo 2018-2020) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Estas alterações visam esclarecer ou corrigir pequenos conflitos entre os requisitos das Normas. As alterações à IFRS 3 atualizam uma referência à Estrutura Conceptual para Relatórios Financeiros, sem alterar os requisitos contabilísticos para combinações de negócio. As alterações à IAS 16 proíbem uma empresa de deduzir do custo de imobilizado valores recebidos com a venda de itens produzidos enquanto a empresa prepara o ativo para o uso pretendido. Em vez

disso, uma empresa reconhecerá os resultados das vendas e o custos relacionados nos resultados. As alterações à IAS 37 especificam quais os custos que uma empresa inclui ao avaliar se um contrato será prejudicial. As melhorias anuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro fazem pequenas alterações à IFRS 1 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IAS 41 - Agricultura e, ainda, apresenta exemplos ilustrativos sobre os arrendamentos da IFRS 16. Da futura adoção destas alterações não se estima que ocorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da Ibersol.

2.3 . Normas e interpretações, emendadas ou revistas, não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

a) IFRS 17 – Contratos de Seguros. A IFRS 17 substitui a IFRS 4 – “Contratos de Seguros”, é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária, deverá tornar-se efetiva para os exercícios com início em 01 Janeiro de 2023;

b) Alteração à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação do passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração visa promover a consistência na aplicação de requisitos, ajudando as entidades a determinar se, na demonstração da posição financeira, dívidas e outros passivos com uma data de liquidação incerta devem ser classificados como correntes ou não correntes. E, ainda, visa esclarecer os requisitos de classificação de dívida, em que uma entidade pode liquidar a mesma convertendo-a em capital. Deverá tornar-se efetiva para os exercícios com início em 01 Janeiro de 2023;

c) Alterações à IAS1 e IFRS 2 – Divulgação de políticas contabilísticas. Estas alterações visam alterar os requisitos da IAS1 no que diz respeito à divulgação de políticas contabilísticas. Uma entidade deverá divulgar políticas contabilísticas materiais, em vez de políticas contabilísticas significativas, pelo que são identificados exemplos e explicações de como identificar uma política contabilística material. O conceito de materialidade é descrito na IFRS2 através do conceito de materialidade de 4 etapas. Deverá tornar-se efetiva para os exercícios com início em 01 Janeiro de 2023;

d) Alterações à IAS 8 – Políticas contabilísticas, alteração de estimativas e erros: Definição de estimativas contabilísticas. Estas alterações visam esclarecer a definição de estimativas contabilísticas. Segundo a nova definição, as estimativas contabilísticas são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”. As entidades desenvolvem estimativas contabilísticas, no caso de as políticas contabilísticas exigirem que os itens nas demonstrações financeiras sejam mensurados de uma forma que envolva incerteza de mensuração. Deverá tornar-se efetiva para os exercícios com início em 01 Janeiro de 2023;

e) Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. A principal mudança nestas alterações é a isenção de reconhecimento inicial. Assim sendo, não se aplica a transações em que montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis surgem no reconhecimento inicial. Deverá tornar-se efetiva para os exercícios com início em 01 Janeiro de 2023.

Estas normas, ainda não adotadas pela União Europeia, não foram aplicadas pelo Grupo no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2021.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco

de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco financeiro é conduzida pelo Departamento Financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

a) Risco de mercado


i) Risco cambial

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamentos em moeda local. Uma vez que o Grupo está essencialmente presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão maioritariamente denominados em euros e o volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.


A principal fonte de exposição do Grupo advém do investimento fora da zona euro da operação que desenvolve em Angola, de pequena dimensão e em fase de perda de peso na atividade do grupo. Os desequilíbrios da economia angolana acarretam uma escassez de moeda estrangeira em Angola, pelo que a desvalorização do Kwanza é um risco a considerar. Os financiamentos contraídos pelas filiais angolanas estão denominados na moeda local, a mesma em que são gerados os proveitos. Para obviar a eventuais limitações de pagamentos ao exterior, o grupo adotou uma política de monitorização mensal dos saldos credores em moeda estrangeira e a sua cobertura integral através da detenção de Obrigações do Tesouro da República de Angola, indexadas ao USD.

A taxa de câmbio utilizada nas demonstrações financeiras para conversão de transações e saldos expressos em Kwanzas, foi respetivamente de:

jun/21

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 30 de Junho de 2021	Taxa média do 1ºS 2021
 Kwanza de Angola (AOA)	774,593	771,605

dez/20

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2020	Taxa média do ano 2020
 Kwanza de Angola (AOA)	796,813	703,730

ii) Risco de preço

O Grupo não está significativamente exposto ao risco de preço das mercadorias.

iii) Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Com exceção das Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o grupo não tem ativos remunerados com juros significativos. Assim sendo, o lucro e os fluxos de caixa da atividade de investimento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado. No que diz respeito às Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o juro é fixo, convertido em dólares, pelo que também não existe risco.

O risco principal resultante da evolução das taxas de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o atual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, de proceder à fixação das taxas de juro de cerca de 30% do montante em dívida.

Grande parte da dívida remunerada vence juros a taxa variável tendo sido uma parte objeto de fixação de taxa de juro através de um derivado swap taxa de juro. Os contratos swap de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro de uma parte dos empréstimos (papel comercial) de 9,6 milhões de euros têm subjacentes os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso idênticos às condições dos empréstimos. Um empréstimo de 20 milhões de euros está contratado a taxa fixa.

Baseado em simulações realizadas a 30 de Junho de 2021, uma subida de mais 100 pontos base no indexante da taxa de juro, mantendo tudo o resto constante, teria um impacto negativo no resultado líquido do período de 254 mil euros (610 mil euros, em Dezembro 2020).

b) Risco de crédito

A principal atividade do Grupo é realizada com vendas pagas a dinheiro, cartão de débito ou crédito (cartões refeição, etc.) ou outro tipo de pagamento eletrónico, pelo que o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. Nas vendas ao domicílio através de agregadores, estes cobram dos clientes e transferem o dinheiro por resumo semanal num prazo de oito ou quinze dias. Em relação a clientes, o risco está circunscrito aos negócios de Catering e vendas de mercadorias e serviços a franquizados que representam 2,8% do volume de negócios consolidado. O Grupo tem políticas que asseguram que as vendas a crédito são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso, não existindo informação sobre o rating atribuído a essas entidades.

As disponibilidades do Grupo incluem, essencialmente depósitos decorrentes do caixa gerado pelas operações e respetivos depósitos nas contas à ordem. Pontualmente poderão existir fundos resultantes de empréstimos a aguardar aplicação. Excluídos esses montantes, é reduzido o valor das aplicações financeiras a 30 de Junho de 2021, com exceção das já mencionadas OT's da República de Angola no montante de 1,2 milhões de euros, sujeitas ao risco país.

Os depósitos e outras aplicações financeiras encontram-se dispersos por várias instituições de crédito, não existindo, por conseguinte, concentração destes ativos financeiros.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Em conformidade com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efetuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

Para o efeito consideram-se que os empréstimos bancários de curto prazo vencem na data de renovação e que os contratos de papel comercial vencem nas datas de denúncia, apesar de ser usual a sua renovação.

A 30 de Junho de 2021, o passivo corrente ascende a 176 milhões de euros, face a 95,6 milhões de ativo corrente. Este desequilíbrio é, em parte uma característica financeira deste negócio e a que acresce uma grande componente de locações, noutra deve-se a alguns programas de Papel Comercial, com cláusulas de denúncia, em que se considera o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados e ainda circunstancialmente a opção pela emissão ao abrigo de contratos de menor maturidade em detrimento de outros programas de maior maturidade que ficam não utilizados e consequentemente com montantes disponíveis para cobertura. Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração do Grupo utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano. Considerando, os fluxos de caixa operacionais previstos e, em caso de necessidade, o papel comercial e as linhas de crédito contratadas, cujos montantes ainda não foram utilizados, são suficientes para liquidar a quase totalidade do passivo corrente se deduzido o passivo de locação referente às rendas passadas à AENA objeto de reclamação e com providência cautelar.

Mesmo com reduzida utilização, o grupo tem contratado um montante significativo de linhas de curto prazo. Em 30 de Junho de 2021, as linhas de curto prazo de apoio à tesouraria em regime de contas caucionadas eram de 13,4 milhões de euros e não estavam utilizadas. Os excedentes de disponibilidade e outras aplicações de 59 milhões de euros correspondem a 33% do passivo remunerado.

Na tabela seguinte são apresentados os passivos financeiros (grupos relevantes) considerando os cash-flows contratuais:

	<u>até Junho 2022</u>	<u>de Junho de 2022 a 2039</u>
Empréstimos	22 212 152	155 430 502
Responsabilidade com locações	85 044 608	244 694 885
Outros passivos não correntes	-	6 026
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos (*)	43 291 647	-
Outros passivos correntes (**)	6 449 246	-
Total	<u>156 997 653</u>	<u>400 131 413</u>

(*) montante líquido de remunerações a liquidar (nota 15).

(**) montante líquido de saldos com o estado e proveitos diferidos (nota 16).

3.2. Risco de capital

a) Rácio de alavancagem financeira

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida + capital próprio)) com o objetivo de o situar no intervalo 50%-75%.

O rácio de alavancagem financeira, em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 foi de 77% e 74%, respetivamente, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Responsabilidade com locações	329 739 493	329 014 533
Empréstimos	177 642 654	165 068 581
Outros activos financeiros	-1 688 689	-2 442 186
Caixa e depósitos bancários	-59 679 054	-50 550 293
Endividamento líquido	<u>446 014 404</u>	<u>441 090 634</u>
Capital próprio	<u>133 622 576</u>	<u>156 405 905</u>
Capital total	<u>579 636 980</u>	<u>597 496 539</u>
Rácio de alavancagem financeira	77%	74%

b) Risco de contratos de franquia

Nos restaurantes em que opera com marcas internacionais, o grupo celebra contratos de franquia de longo prazo: 20 anos no caso da Burger King e 10 anos no caso da Pizza Hut, Taco Bell e KFC, estes renováveis por outros 10 anos por opção do franquiado, desde que cumpridas algumas obrigações.

Tem vindo a ser prática que estes contratos no seu termo sejam renovados. Porém nada obriga os franquiadores a fazê-lo, pelo que poderá verificar-se o risco de não renovação.

Nestes contratos é normal contratar-se o pagamento de um “Initial Fee” no início de cada contrato e de um “Renewall Fee” no termo do período inicial, para além de um royalty de operações e de marketing sobre as vendas efetuadas.

Periodicamente são negociados contratos de desenvolvimento que garantem o direito de abertura de novos restaurantes.

Em circunstâncias anormais, como a atual crise pandémica, são acordados reajustamentos aos programas de desenvolvimento.

3.3. Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados ativos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de demonstração consolidada da posição financeira. O preço do mercado usado para os ativos financeiros do Grupo é o preço recebido no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

As estimativas, as premissas e as circunstâncias raramente irão, por definição, corresponder aos resultados reais relatados. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são:

a) Análise de imparidade do Goodwill, a investimentos financeiros em empresas associadas e conjuntamente controladas, a direitos de uso, a ativos tangíveis e a ativos intangíveis

As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas UGC). Este processo requer um elevado número de julgamentos, nomeadamente a estimação de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas UGC e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste particular, o Grupo, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares).

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados nas análises de imparidade, bem como a sensibilidade dos resultados apurados face a algumas alterações de pressupostos encontra-se divulgada nas Notas 8 e 9.

b) Mensuração e reconhecimento de impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando é provável a existência de lucros fiscais tributáveis suficientes ou diferenças temporárias tributáveis relacionadas com a mesma autoridade tributária fiscal para utilizar esses mesmos impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação.

c) Prazo da locação e taxa de financiamento incremental

Para o apuramento dos impactos estimados da aplicação da IFRS 16, o Grupo realiza estimativas sobre os prazos de locação e as suas taxas de financiamento incremental, quando não existe informação sobre a taxa de juro implícita, as quais incorporam riscos específicos de mercado e da própria entidade e que requerem que o Grupo realize julgamentos e estimativas relevantes.

5. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

5.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 são as seguintes:

Firma	Sede	% Participação	
		jun/21	dez/20
<u>Empresa mãe</u>			
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe
<u>Empresas filiais</u>			
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersande Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.	Funchal	100%	100%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100%	100%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Iberaki Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Restmon Portugal, Lda	Porto	61%	61%
Vidisco, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Inverpeninsular, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	100%	100%
Eggon SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Lurca, SA	Madrid-Espanha	100%	100%
Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	Porto	100%	100%
José Silva Carvalho Catering, S.A	Porto	100%	100%
(a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100%	100%
(b) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo - Espanha	100%	100%
Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	Porto	100%	100%
SEC - Eventos e Catering, S.A.	Porto	100%	100%
IBERSOL - Angola, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%
HCI - Imobiliária, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%
Ibergourmet Produtos Alimentares (ex-Gravos 2012, S.A.)	Porto	100%	100%
Lusinver Restauracion, S.A.	Vigo - Espanha	100%	100%
The Eat Out Group S.L.U.	Barcelona - Espanha	100%	100%
Pansfood, S.A.U.	Barcelona - Espanha	100%	100%
Foodstation, S.L.U	Barcelona - Espanha	100%	100%
Dehesa de Santa Maria Franquicias, S.L.	Barcelona - Espanha	100%	100%
Cortsfood, S.L.	Barcelona - Espanha	50%	50%
Volrest Aldaia, S.L	Vigo - Espanha	100%	100%
Volrest Alcalá, S.L	Vigo - Espanha	100%	100%
Volrest Alfafar, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Volrest Rivas, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Voesmu Restauracion, SL	Vigo - Espanha	100%	100%
<u>Empresas associadas</u>			
Ziaicos - Serviços e gestão, Lda	Porto	40%	40%
<u>Empresas controladas conjuntamente</u>			
UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Porto	50%	50%

(a) Agrupamento Complementar de Empresas que atua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respetivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

(b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do ano funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respetivos restaurantes.

A sede é o local de desenvolvimento do negócio de cada entidade listada.

Estas empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. À entidade conjuntamente controlada, UQ Consult e à associada Ziaicos, foi aplicado o método de equivalência patrimonial em função da percentagem de participação detida pelo grupo.

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

5.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

5.2.1. Aquisição de novas sociedades

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2021 não houve lugar à aquisição de novas sociedades.

5.2.2. Alienações

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2021 não houve lugar à alienação de sociedades.

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Administração da Ibersol monitoriza o negócio com base na seguinte segmentação:

SEGMENTO	MARCAS						
Restaurantes	Pizza Hut	Pasta Caffè	Pizza Movil	FresCo	Ribs	StaMaria	
Counters	KFC	O'Kilo	Miit	Burger King	Pans &C. ^a	Quiosques	Taco Bell
Concessões e Catering	Sol (AS)	Concessões	Catering	Lojas conveniência		Travel	

INFORMAÇÃO DETALHADA REFERENTE AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

	Restaurantes		Counters		Concessões e Catering		Outros, eliminações e ajustamentos		Total Grupo	
	jun/21	jun/20	jun/21	jun/20	jun/21	jun/20	jun/21	jun/20	jun/21	jun/20
Volume de Negócios	29 413 321	32 879 799	92 381 877	78 241 170	12 982 454	22 433 123	81 513	87 683	134 859 165	133 641 774
Resultado operacional deduzido de amort, deprec. e perdas por imparidade	4 547 871	1 089 237	18 820 405	12 711 768	1 420 363	1 144 651	148 639	206 108	24 937 278	15 151 765
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	-6 264 059	-10 413 553	-15 917 878	-15 762 827	-19 847 884	-20 245 198	-612 056	-532 832	-42 641 876	-46 954 410
Resultado operacional	-1 716 187	-9 324 316	2 902 527	-3 051 059	-18 427 522	-19 100 547	-463 416	-326 724	-17 704 598	-31 802 645
Ganhos (perdas) financeiros									-9 544 998	-10 258 715
Outras ganhos (perdas) não operacionais									-105 719	-82 201
Imposto sobre o rendimento									4 405 931	8 781 473
Resultado líquido consolidado									-22 949 384	-33 362 088

O total de ativos alocado, por segmento, apresenta-se como segue:

	Outros, Concessões e eliminações e ajustamentos				Total Grupo
	Restaurantes	Counters	e Catering	ajustamentos	Total Grupo
30 DE JUNHO 2021					
Activos	112 151 024	296 380 959	270 548 532	10 399 458	689 479 974
Passivos	34 994 167	131 910 969	231 963 063	389 932	399 258 132
Investimento líquido em Ativos intangíveis e Ativos fixos tangíveis (Notas 8 e 9)	1 099 279	2 106 825	-3 648	822 912	4 025 368
31 DE DEZEMBRO 2020					
Activos	115 153 151	304 314 664	277 790 739	10 677 837	707 936 391
Passivos	35 347 373	133 242 383	234 304 331	393 868	403 287 955
Investimento líquido em Ativos intangíveis e Ativos fixos tangíveis (Notas 8 e 9)	1 491 820	22 062 749	2 935 422	862 086	27 352 077

Os ativos e passivos não alocados decorrentes das atividades de investimento, financiamento e impostos, apresentam-se conforme segue:

	jun/21		dez/20	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Impostos diferidos	19 328 514	3 630 326	14 914 797	3 896 164
Imposto s/ rendimento	194 103	264 542	169 241	15 329
Empréstimos corrente	-	22 212 152	-	18 780 133
Empréstimos não corrente	-	155 430 502	-	146 288 448
Instrumentos financeiros derivados	-	44 319	-	63 078
Activos financeiros não correntes	477 327	-	574 737	-
Investimentos financeiros em emp. conj. e assoc.	3 293 942	-	2 699 661	-
Outros activos financeiros	1 688 689	-	2 442 186	-
Total	24 982 575	181 581 841	20 800 622	169 043 152

	jun/21		dez/20	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Alocados por segmento	689 479 974	399 258 132	707 936 391	403 287 955
Não alocados	24 982 575	181 581 841	20 800 622	169 043 152
Total Balanço	714 462 549	580 839 973	728 737 013	572 331 108

INFORMAÇÃO POR GEOGRAFIA

O detalhe de réditos e ativos não correntes por geografia a 30 de Junho de 2021 e de 2020 apresenta-se como segue:

30 DE JUNHO DE 2021	Portugal	Angola	Espanha	Grupo
Volume de Negócio	89 447 109	3 819 083	41 592 973	134 859 165
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	167 349 537	17 546 046	55 358 710	240 254 293
Direitos de uso	69 911 666	574 657	194 425 607	264 911 930
Goodwill	7 474 768	130 714	72 904 160	80 509 642
Impostos diferidos activos	1 432 936	-	17 895 578	19 328 514
Investimentos financeiros em emp. conjuntos e associadas	2 893 942	-	400 000	3 293 942
Activos financeiros não correntes	477 327	-	-	477 327
Outros activos financeiros	-	1 662 842	-	1 662 842
Outros activos não correntes	-	-	8 468 135	8 468 135
Total de activos não correntes	249 540 176	19 914 259	349 452 190	618 906 625
30 DE JUNHO DE 2020	Portugal	Angola	Espanha	Grupo
Volume de Negócio	84 846 789	3 979 488	44 815 497	133 641 774
31 DE DEZEMBRO DE 2020				
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	173 275 139	18 646 847	58 231 635	250 153 621
Direitos de uso	72 429 261	608 036	208 595 291	281 632 588
Goodwill	7 474 768	130 714	72 904 160	80 509 642
Impostos diferidos ativos	1 379 018	-	13 535 779	14 914 797
Investimentos financeiros em emp. conjuntos e associadas	2 699 661	-	-	2 699 661
Activos financeiros não correntes	424 737	-	150 000	574 737
Outros activos financeiros	-	823 927	-	823 927
Outros activos não correntes	-	-	7 743 025	7 743 025
Total de activos não correntes	257 682 584	20 209 524	361 159 890	639 051 998

7. DIREITOS DE USO

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2021 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, o movimento ocorrido no valor dos direitos de uso, bem como nas respetivas amortizações, apresenta-se conforme segue:

Direitos de uso	
01 de Janeiro de 2020	
Valor líquido inicial	321 812 178
Conversão cambial	-396 773
Aumentos	21 848 928
Diminuições	-3 620 317
Transferências	-750 910
Amortização do exercício	-57 260 518
Valor líquido final	281 632 588

Direitos de uso

01 de Janeiro de 2021

Valor líquido inicial	281 632 588
Conversão cambial	17 441
Aumentos	11 944 388
Diminuições	-6 755
Transferências	-89 995
Amortização do exercício	-28 585 737
Valor líquido final	264 911 930

O valor dos aumentos corresponde essencialmente à abertura de 4 novos restaurantes, a 23 renovações de contratos de restaurantes e de instalações de apoio, e ainda, a atualizações de renda pelo Índice de Preços no Consumidor.

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2021 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos	Outros Activos fixos tangíveis	Activos Tangíveis em curso	Total
01 de Janeiro de 2020						
Custo	14 163 037	267 021 639	138 067 977	30 839 024	3 574 147	453 665 824
Depreciação acumulada	-243 567	-105 564 602	-100 649 863	-19 662 947	-	-226 120 979
Imparidade Acumulada	-	-10 207 629	-730 304	-43 212	-	-10 981 144
Valor líquido	13 919 470	151 249 408	36 687 810	11 132 865	3 574 147	216 563 700
01 de Janeiro de 2020						
Valor líquido inicial	13 919 470	151 249 408	36 687 810	11 132 865	3 574 147	216 563 700
Conversão cambial	-332 567	-564 470	-202 939	-37 783	-81 974	-1 219 733
Adições	1 196 215	15 147 596	6 335 317	1 475 756	750 260	24 905 144
Diminuições	-	-633 235	-201 798	-31 548	-20 440	-887 021
Transferências	-	1 621 180	1 170 107	110 079	-2 799 112	102 254
Depreciação exercício	-45 594	-14 422 726	-8 569 615	-2 290 821	-	-25 328 756
Imparidade exercício	-	-831 559	-	-	-	-831 559
Valor líquido final	14 737 524	151 566 194	35 218 881	10 358 548	1 422 880	213 304 027
31 de Dezembro de 2020						
Custo	15 001 280	276 253 056	141 016 913	31 686 781	1 422 880	465 380 910
Depreciação acumulada	-263 756	-116 144 593	-105 430 174	-21 309 796	-	-243 148 319
Imparidade Acumulada	-	-8 542 269	-367 858	-18 437	-	-8 928 564
Valor líquido	14 737 524	151 566 194	35 218 881	10 358 548	1 422 880	213 304 027
01 de Janeiro de 2021						
Valor líquido inicial	14 737 524	151 566 194	35 218 881	10 358 548	1 422 880	213 304 027
Conversão cambial	19 072	20 150	3 111	-2	5 341	47 672
Adições	-	2 238 074	655 739	159 064	635 644	3 688 521
Diminuições	-	-124 489	-3 991	-10 029	-1 062	-139 571
Transferências	-	198 092	446 615	54 272	-600 159	98 820
Depreciação exercício	-22 909	-6 871 729	-4 265 639	-1 171 659	-	-12 331 936
Valor líquido final	14 733 687	147 026 289	32 054 718	9 390 194	1 462 645	204 667 533
30 de Junho de 2021						
Custo	15 022 406	275 468 091	141 432 050	31 774 033	1 462 645	465 159 225
Depreciação acumulada	-288 719	-121 031 448	-109 166 966	-22 370 948	-	-252 858 081
Imparidade Acumulada	-	-7 410 354	-210 366	-12 891	-	-7 633 611
Valor líquido	14 733 687	147 026 289	32 054 718	9 390 194	1 462 645	204 667 533

Em 2021 o investimento refere-se, fundamentalmente à abertura de dois Taco Bell (por reconversão de outras unidades já existentes), uma Pizza Hut e um Burger King. O investimento de cerca de 25 milhões de euros em 2020 refere-se, essencialmente, à abertura de seis KFC, seis Burger King, dois Taco Bell e um restaurante Ribs.

Testes de imparidade às Unidades Geradora de Caixa (UCG's)

A aferição da existência de indícios de imparidade da UCG e a realização dos respetivos testes, se necessários, foram efetuados a cada data de relato. Cada loja/restaurante é considerada uma UCG, sendo que no caso dos aeroportos cada aeroporto é uma UCG.

Métodos e pressupostos

Os pressupostos de análise de imparidade de Ativos Fixos Tangíveis utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2020 mantêm-se válidos não tendo ocorrido alterações aos factos e circunstâncias que lhes estiveram subjacentes.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os métodos e os principais pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade aos principais ativos tangíveis do Grupo que evidenciavam indícios de imparidade foram os seguintes:

	jun/21		dez/20	
	Portugal	Espanha	Portugal	Espanha
Método utilizado	Valor de Uso		Valor de Uso	
Base utilizada *	Projeções com perpetuidade	Projeções com perpetuidade	Projeções com perpetuidade	Projeções com perpetuidade
Período Utilizado (anos)	5	5	5	5
Taxa de desconto do período (WACC)**	7,3%/7,6%	6,6%/6,9%/8,5%	7,3%/7,6%	6,6%/6,9%/8,5%

* A taxa de desconto apresentada foi calculada com base na metodologia WACC (Weighted Average Cost of Capital).

** De acordo com o segmento de negócio, counter (Burger King, Pans e KFC), Restaurantes e Travel, respetivamente.

A taxa de crescimento na perpetuidade utilizada nas projeções de cash flows é de 2%.

Resultados dos testes de imparidade

Dos testes efetuados aos restaurantes do grupo Ibersol com indícios de imparidade, resultou a necessidade de registar imparidade no montante de 831.559 euros em 2020 e não foi identificada necessidade de reconhecimento de imparidade adicional nos seis primeiros meses de 2021 relativos a ativos fixos tangíveis.

Análise de sensibilidade

Da análise de sensibilidade efectuada, com um acréscimo de 0,5% ou 1% na taxa de desconto utilizada para cada um dos segmentos, não conduziu a indícios de imparidades adicionais.

Adicionalmente, não identificamos riscos adicionais decorrentes de uma maior volatilidade ao nível das projeções de evolução do negócio no médio prazo com excepção do negócio travel em Espanha, conforme descrito na Nota 9.

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

Os ativos intangíveis e o goodwill decompõem-se como se segue:

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Goodwill	80 509 642	80 509 642
Activos intangíveis	35 586 759	36 849 594
	<u>116 096 401</u>	<u>117 359 236</u>

O Goodwill é alocado a cada segmento como segue:

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Restaurantes	8 624 542	8 624 542
Counters	37 199 991	37 199 991
Concessões e Catering	34 505 388	34 505 388
Outros	179 721	179 721
	<u>80 509 642</u>	<u>80 509 642</u>

O Goodwill é alocado a cada grupo de unidades geradoras de caixa homogéneas como se segue:

	UGC	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
<u>Restaurantes</u>			
Ribs		5 175 479	5 175 479
Frescco		1 476 821	1 476 821
Pizza Hut		1 972 242	1 972 242
Sub-total		<u>8 624 542</u>	<u>8 624 542</u>
<u>Counters</u>			
Pans & C. ^o		11 850 160	11 850 160
Burger King		24 641 046	24 641 046
KFC		708 785	708 785
Sub-total		<u>37 199 991</u>	<u>37 199 991</u>
<u>Concessões e Catering</u>			
Concessões e travel		31 481 023	31 481 023
Catering		3 024 365	3 024 365
Sub-total		<u>34 505 388</u>	<u>34 505 388</u>
Outros		179 721	179 721
TOTAL		<u>80 509 642</u>	<u>80 509 642</u>

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2021 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis e goodwill, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Goodwill	Marcas	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em curso	Total
01 de Janeiro de 2020						
Custo	87 968 225	22 000 000	45 735 432	13 793 294	1 415 225	170 912 176
Amortização acumulada	-	-3 483 333	-27 637 453	-11 659 270	-	-42 780 055
Imparidade acumulada	-	-	-3 681 055	-41 875	-	-3 722 930
Valor líquido	87 968 225	18 516 667	14 416 924	2 092 155	1 415 225	124 409 189
01 de Janeiro de 2020						
Valor líquido inicial	87 968 225	18 516 667	14 416 923	2 092 155	1 415 225	124 409 189
Conversão cambial	-	-	-33 119	-	-50 589	-83 708
Adições	-	-	2 454 032	106 500	823 252	3 383 784
Diminuições	-	-	-27 023	-	-22 807	-49 830
Transferências	-	-	1 129 291	22 500	-509 569	642 222
Amortização do exercício	-	-1 100 000	-1 914 481	-469 356	-	-3 483 837
Imparidade exercício	-7 458 583	-	-	-	-	-7 458 583
Valor líquido final	80 509 642	17 416 667	16 025 623	1 751 799	1 655 511	117 359 236
31 de Dezembro de 2020						
Custo	80 509 642	22 000 000	49 137 541	12 867 206	1 655 511	166 169 900
Amortização acumulada	-	-4 583 333	-29 430 863	-11 075 698	-	-45 089 894
Imparidade acumulada	-	-	-3 681 055	-39 711	-	-3 720 766
Valor líquido	80 509 642	17 416 667	16 025 623	1 751 799	1 655 511	117 359 236
01 de Janeiro de 2021						
Valor líquido inicial	80 509 642	17 416 667	16 025 623	1 751 799	1 655 511	117 359 236
Conversão cambial	-	-	1 144	-	2 986	4 130
Adições	-	-	402 554	-	303 368	705 922
Diminuições	-	-	-23 670	-	-205 834	-229 504
Transferências	-	-	113 146	-	-134 237	-21 091
Amortização do exercício	-	-550 000	-998 202	-174 090	-	-1 722 292
Valor líquido final	80 509 642	16 866 667	15 520 595	1 577 709	1 621 794	116 096 401
30 de Junho de 2021						
Custo	80 509 642	22 000 000	49 566 384	12 242 133	1 621 794	165 939 953
Amortização acumulada	-	-5 133 333	-30 368 964	-10 624 714	-	-46 127 011
Imparidade acumulada	-	-	-3 676 826	-39 711	-	-3 716 537
Valor líquido	80 509 642	16 866 667	15 520 595	1 577 709	1 621 794	116 096 401

Goodwill – Testes de imparidade

O Grupo realiza testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de imparidade.

Para efeitos de testes de imparidade, a quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso. O valor recuperável das UGC deriva de pressupostos relativos à atividade, designadamente, volumes de vendas, custos operacionais, investimentos previstos nomeadamente aberturas, remodelações e encerramentos de unidades, impacto de outros players do mercado, projeções internas da Gestão e performance histórica.

Estas projeções resultam dos orçamentos para o ano seguinte e da estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de quatro anos refletida nos planos de médio longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Tendo em conta o contexto actual de incerteza provocado pela pandemia da Covid-19, o grupo havia reflectido nos planos de negócio, expectativas de crescimento mais defensivas nos testes realizados a Dezembro de 2020, incorporando os impactos de uma nova vaga da pandemia no primeiro semestre de 2021.

Métodos e pressupostos:

Os pressupostos de análise de imparidade de Ativos Intangíveis e Goodwill utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2020 mantêm-se válidos, não tendo ocorrido alterações aos factos e circunstâncias que lhes estiveram subjacentes.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os métodos e os principais pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade ao goodwill do Grupo foram os seguintes:

	WACC	Crescimento Perpetuidade
Portugal - Counter	7,3%	2,0%
Portugal - Restaurantes e Catering	7,6%	2,0%
Espanha - Counter	6,6%	2,0%
Espanha - Restaurantes	6,9%	2,0%
Espanha - Travel	8,5%	2,0%

A taxa de desconto apresentada foi calculada com base na metodologia WACC (Weighted Average Cost of Capital).

Em 2020 foram realizados testes de imparidade ao Goodwill, tendo como pressupostos para a evolução dos distintos segmentos, os mais recentes inputs do mercado e evolução da operação, do desempenho na reabertura gradual dos restaurantes, bem como das entidades locais e internacionais que operam no mercado de transporte aéreo e turismo, com determinante relevância para o segmento de Travel, sendo que os pressupostos e perspectivas assumidas pela Gestão a 31 de Dezembro de 2020 se mantêm validadas à atual data.

As taxas de desconto adoptadas correspondem ao custo médio ponderado do capital (WACC) estimado para cada um dos segmentos operados em Portugal e Espanha com maior risco nos segmentos que apresentam uma tendência de maior resistência à recuperação da crise pandémica.

Resultados dos testes de imparidade:

Em 31 de Dezembro de 2020, dos testes efetuados resultou a necessidade de registar uma imparidade no montante de 7.458.583 euros em Goodwill. Conforme referido anteriormente, a gestão considera que os pressupostos se mantêm válidos à data atual, pelo que não considera a necessidade de reconhecimento de imparidades adicionais nos primeiros seis meses de 2021.

Conforme referido anteriormente, dadas as expectativas de recuperação dos tráfegos aéreos na Europa, que se têm vindo a agravar com o atraso nos processos de vacinação contra a Covid-19, o grupo ajustou as projeções do Travel às novas previsões das entidades reguladoras do espaço aéreo, considerando um cenário mais demorado da recuperação dos tráfegos nos aeroportos, acompanhando as sucessivas projecções que têm vindo a ser publicadas pelas entidades especialistas do sector da aviação. Adicionalmente, dada a incerteza quanto ao desfecho final das negociações com a concessionária dos aeroportos em Espanha, o grupo considerou igualmente um risco adicional para este negócio, com o conseqüente agravamento da taxa de desconto, o que conduziu ao reconhecimento da imparidade acima indicada, no montante de 4.342.296€ ao goodwill do Travel.

Com referência a 30 de Junho de 2021, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de imparidades adicionais.

Análise de sensibilidade

No clima de incerteza actual, os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macro-económicos e aos pressupostos do negócio utilizados pela gestão.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do goodwill pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderiam resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados.

Da análise de sensibilidade efectuada, com um acréscimo de 0,5% na taxa de desconto utilizada

para cada um dos segmentos, conduziria a uma imparidade adicional a reconhecer ao nível do goodwill do travel de Espanha de aproximadamente 2,8 milhões de euros. Não se alterando a conclusão ao nível da recuperabilidade do restante valor de goodwill.

A análise de imparidade do goodwill associado à operação travel em Espanha teve em consideração as melhores estimativas da Gestão quanto ao desfecho do processo com a AENA, ou seja, a variabilidade das rendas mínimas anuais em função da recuperação dos tráfegos, e introduziu na taxa de desconto a incerteza que lhe possa estar associada.

Simulando um cenário hipotético das rendas a pagar serem as dos contratos originais, ou seja sem qualquer modificação das rendas face às profundas alterações de tráfego, o valor da imparidade a reconhecer sobre o goodwill associado à operação travel em Espanha seria de perda total, bem como poderia ter de ser reconhecida uma imparidade sobre os activos fixos tangíveis e intangíveis não transferíveis, os quais ascendem a 30 de junho de 2021 a cerca de 8 milhões de euros. De referir ainda que a 30 de junho de 2021 o valor do direito de uso reconhecido no balanço consolidado associado a estes contratos é de 136 milhões de euros e o passivo de locação de 196 milhões de euros.

Adicionalmente, não identificamos outros riscos decorrentes de uma maior volatilidade ao nível das projecções de evolução do negócio no médio prazo com excepção do negócio travel em Espanha, conforme descrito acima.

Restantes Ativos – Marcas, Propriedade Industrial e Outros Ativos Intangíveis – Testes de imparidade

Nos restantes ativos intangíveis, de vida útil definida, os testes de imparidade realizados revelaram que o valor recuperável é superior.

Foram efetuadas avaliações com base no valor de uso calculado com base no método de Discounted Cash Flow (DCF) e de acordo com a metodologia dos Royalty Relief, consoante o tipo de activo sustentam a recuperabilidade dos seus valores.

Os valores a que se chegou são sustentados pelo desempenho histórico, pelas expectativas de desenvolvimento dos mercados e pelos planos estratégicos de desenvolvimento de cada negócio

A 30 de Junho de 2021, as concessões, incluídas na rubrica propriedade industrial, e a respetiva vida útil associada, são apresentados como segue:

Direitos de Concessão	N.º anos	Ano limite de utilização
Area Serviços da Lusoponte	33	2032
Area Serviço 2ª Circular (KFC)	10	2027
Marina de Portimão	60	2061
Área de serviço A8 Torres Vedras	20	2021
Área Serviço Aeroporto	20	2021
Pizza Hut Cais Gaia	20	2024
Área Serviço Modivas	28	2031
Áreas Serviço Barcelos	30	2036
Áreas Serviço Alvão	30	2036
Áreas Serviço Lousada (Felgueiras)	24	2030
Áreas Serviço Vagos	24	2030
Áreas Serviço Aveiro	24	2030
Áreas Serviço Ovar	24	2030
Áreas Serviço Gulpilhares (Vilar do Paraíso)	24	2030
Áreas Serviço Talhada (Vouzela)	25	2031
Áreas Serviço Viseu	25	2031
Áreas Serviço Matosinhos	24	2030
Áreas Serviço Maia	26	2032

10. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

O montante de ativos financeiros, refere-se às aplicações em Obrigações de Tesouro do Estado Angolano. A separação por maturidade é conforme segue:

	jun/21			dez/20		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Obrigações do Tesouro Angolano	26 761	1 895 233	1 921 994	1 655 983	949 956	2 605 939
Sub-total	26 761	1 895 233	1 921 994	1 655 983	949 956	2 605 939
Perdas de imparidade acumuladas	914	232 391	233 305	37 724	126 029	163 753
TOTAL	25 847	1 662 842	1 688 689	1 618 259	823 927	2 442 186

Os índices utilizados de Probabilidade de incumprimento (Probability of Default) e Perda dado o incumprimento (Loss Given Default) das Obrigações do Tesouro Angolano estão de acordo com a publicação da Moodys e da S&P, varia entre 7,9% e 27,4%, considerando o rating da republica de Angola e a maturidade das obrigações, e 59%, respectivamente.

10.1. Não Corrente

	jun/21	dez/20
Obrigações do Tesouro Angolano	1 895 233	949 956
	1 895 233	949 956
Perdas de imparidade acumuladas	232 391	126 029
	1 662 842	823 927

Não corrente

Emissão	16/09/2015	29/09/2017	26/10/2017	28/02/2019
Data aquisição	22/01/2016	16/03/2021	07/04/2021	05/05/2021
Vencimento	16/09/2022	29/09/2022	26/10/2022	28/02/2023
Câmbio BNA	154,84	n/a	n/a	n/a
Quantidade	975	250	600	1 000
Valor a 30/06/2021	971 517	28 702	68 521	119 405
Rentabilidade anual bruta	5%	12%	12%	16,5%

Não corrente

Emissão	31/08/2017	16/04/2021	08/07/2020
Data aquisição	06/05/2021	25/05/2021	25/05/2021
Vencimento	31/08/2024	16/10/2022	08/07/2023
Câmbio BNA	645	n/a	n/a
Quantidade	250	2 000	1 350
Valor a 30/06/2021	300 617	247 872	158 599
Rentabilidade anual bruta	7%	15,75%	16,25%

10.2. Corrente

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Obrigações do Tesouro Angolano	26 761	1 655 983
	<u>26 761</u>	<u>1 655 983</u>
Perdas de imparidade acumuladas	914	37 724
	<u>25 847</u>	<u>1 618 259</u>

Corrente

Emissão	04/10/2019
Data aquisição	16/03/2021
Vencimento	04/10/2021
Câmbio BNA	n/a
Quantidade	210
Valor a 30/06/2021	26 761
Rentabilidade anual bruta	16%

11. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

A decomposição dos outros ativos não correntes apresenta-se como segue:

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Outros Devedores não correntes	8 468 135	7 743 025
	<u>8 468 135</u>	<u>7 743 025</u>

O saldo da rubrica outros devedores não correntes é maioritariamente constituído por depósitos e cauções em Espanha, resultantes de contratos de arrendamento. As contas a receber de outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido de perdas de imparidade.

Na impossibilidade de se chegar a um acordo com a AENA, vimo-nos forçados a intentar providências cautelares para impedi-la de executar as garantias bancárias que foram prestadas para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento celebrados. O valor das cauções e depósitos relativos aos contratos com a AENA, sob providência cautelar totalizam 4.911.625 euros. Adicionalmente foi efetuado um depósito de 847.735 euros no Juzgado em Barcelona referente ao processo que está a decorrer.

12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Numerário	1 013 217	903 884
Depósitos bancários	58 665 337	49 645 909
Aplicações de tesouraria	<u>500</u>	<u>500</u>
Caixa e depósitos bancários no balanço	59 679 054	50 550 293
Descobertos bancários	-96 448	-916
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>59 582 606</u>	<u>50 549 377</u>

13. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros ativos correntes em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é o seguinte:

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Clientes	4 675 671	4 896 323
Estado e outros entes públicos	3 928 750	5 660 701
Outros devedores (1)	12 840 459	11 239 465
Adiantamentos a fornecedores c/c	294 655	124 317
Adiantamentos a fornecedores imobilizado	289 971	408 264
Acréscimos de proveitos	3 192 780	4 243 357
Custos diferidos	<u>1 712 639</u>	<u>1 757 482</u>
Outros activos correntes	26 934 925	28 329 909
Perdas de imparidade acumuladas	<u>2 747 074</u>	<u>2 584 702</u>
	24 187 851	25 745 207

(1) a 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 o saldo em Outros devedores inclui os saldos a receber dos agregadores e outros saldos devedores de fornecedores c/c, débitos a fornecedores pela recuperação de encargos pelas participações de marketing e rappel, vales de refeição (entregues pelos clientes) e adiantamentos diversos.

No decurso de um processo intentado por colaboradores de um prestador de serviços subcontratado da subsidiária Pansfood, foi proferido um despacho desfavorável condenando a Pansfood ao pagamento de uma indemnização de 744.000 Euros.

O Grupo recorreu da decisão tendo sido constituída uma caução no montante de 744.000 euros, a qual se encontra reconhecida em Outros devedores. Do mesmo modo, o Grupo Ibersol constituiu uma provisão no montante de 744.000 euros com referência a 30 de Junho de 2021, tendo reconhecido o correspondente gasto no exercício.

14. EMPRÉSTIMOS E RESPONSABILIDADES COM LOCAÇÕES

14.1 Empréstimos

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro 2020 os empréstimos correntes e não correntes tinham o seguinte detalhe:

Não corrente	jun/21	dez/20
Empréstimos bancários	82 706 518	65 496 857
Papel Comercial	72 723 984	79 998 099
	155 430 502	145 494 956
Corrente	jun/21	dez/20
Descobertos bancários	96 448	916
Empréstimos bancários	10 615 704	17 972 709
Papel Comercial	11 500 000	1 600 000
	22 212 152	19 573 625
Total empréstimos	177 642 654	165 068 581

O justo valor dos empréstimos correntes e não correntes não difere significativamente do valor contabilístico.

Os movimentos no exercício 2021 na rubrica de empréstimos correntes e não correntes apresentam-se conforme segue:

1 de Janeiro de 2021	165 068 581
Recebimentos de empréstimos obtidos	23 333 144
Pagamentos de dívida financeira	-10 511 852
Efeito variação dos descobertos bancários (nota12)	95 532
Gastos de montagem de financiamento	-342 751
30 de Junho de 2021	177 642 654

Os financiamentos com maturidades longas no montante de 49 milhões de euros incluem cláusulas com os seguintes covenants financeiros:

Covenants Financeiros	ESPAÑA (consolidado EOG)	PORTUGAL (Consolidado)
Divida/EBITDA sem IFRS16 a)	2,5x até 1,5x <i>de 2017 a 2021</i> <i>c/reduções de 0,25/ano</i>	3,25x
Divida/EBITDAR *		4,25 x
EBITDA/Gastos Financ.	5x	-
Capital Próprio/Activo	-	30%

* EBITDA sem rendas.

a) Divida/EBITDA sem efeitos da aplicação da IFRS 16 (frozen gaap).

Para os rácios de 2020 o Grupo Ibersol obteve o waiver do seu cumprimento e encontra-se a monitorizar em conjunto com as instituições financeiras a evolução do cumprimento dos covenants dos financiamentos tendo em conta a avaliação a efetuar no final do exercício de 2021. Considerando a perspectiva de um eventual não cumprimento com alguns dos referidos covenants, o Grupo Ibersol encontra-se a diligenciar junto das respectivas instituições financeiras

a dispensa do cumprimento desses covenants, à semelhança do que aconteceu com referência a 31 de Dezembro de 2020.

14.2. Responsabilidades com locações

A 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a empresa tem compromissos assumidos perante terceiros, decorrentes de contratos de locação, nomeadamente de contratos de imóveis, conforme segue:

	jun/21			dez/20		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Locações	85 044 608	244 694 885	329 739 493	74 382 513	254 632 020	329 014 533
TOTAL	85 044 608	244 694 885	329 739 493	74 382 513	254 632 020	329 014 533

Durante o mês de março de 2021, e conforme descrito na nota 1, o Grupo tentou um processo contra a AENA relativo aos valores das rendas mínimas garantidas dos contratos de locação de espaços em aeroportos em Espanha. Como resultado, o Grupo pretende que o contrato seja modificado o que, a verificar-se, irá resultar na diminuição dos pagamentos mínimos da locação que estão, a 30 de Junho de 2021, incluídos no balanço consolidado do Grupo como passivo de locação corrente no montante aproximado de 55 milhões de euros (24 milhões de euros em cada um dos anos de 2020 e 2021 e 7 milhões em 2022) e não corrente de 40 milhões de euros.

Os movimentos do ano em responsabilidades com locações, apresentam-se conforme segue:

1 de janeiro de 2021	329 014 533
Pagamentos de locação (1)	-15 960 000
Juros do período pela atualização das responsabilidades com locações	7 712 286
Aumentos de contratos de locação	11 944 388
Rescisões de contratos / encerramentos de lojas	-51 673
Concessões de renda decorrentes da pandemia COVID-19	-3 055 998
Outros	135 958
30 de Junho de 2021	329 739 494

(1) os pagamentos de locação incluem 12.300.435 euros de capital e 3.659.565 euros de juros.

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2021 e o exercício de 2020 o Grupo obteve descontos nos pagamentos de renda no montante de 3.055.997 eur que originaram a respetiva diminuição do passivo sem exfluxo de fundos.

15. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

A decomposição das contas a pagar e acréscimos de custos em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, apresenta-se como segue:

	jun/21	dez/20
Fornecedores c/c	26 709 110	26 475 002
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1 762 837	2 760 018
Fornecedores de imobilizado c/c	6 904 497	15 406 934
Total contas a pagar a fornecedores	35 376 444	44 641 954

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Acréscimos de custos - Seguros a liquidar	162 694	124 828
Acréscimos de custos - Remunerações a liquidar	11 086 715	9 242 973
Acréscimos de custos - Rendas e alugueres (1)	914 281	480 010
Acréscimos de custos - Fornec.Serviços Externos	5 059 563	5 591 633
Acréscimos de custos - Outros	<u>1 778 665</u>	<u>1 876 945</u>
Total acréscimos de custos	<u>19 001 918</u>	<u>17 316 389</u>
Total contas a pagar a fornec. e acréscimos de custos	<u>54 378 362</u>	<u>61 958 343</u>

(1) os acréscimos de custos – rendas e alugueres incluem apenas o montante relativo a rendas variáveis e acréscimos relativos a contratos que não relevam para a IFRS16.

16. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro 2020 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Outros credores	6 449 246	5 632 840
Estado e outros entes públicos	6 500 312	4 857 655
Proveitos diferidos	<u>1 406 670</u>	<u>1 785 302</u>
Outros passivos correntes	<u>14 356 228</u>	<u>12 275 797</u>

17. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

17.1. Imposto corrente

17.1.1 Imposto s/ o rendimento a recuperar

Em 30 de Junho de 2021 o montante de imposto s/ o rendimento a recuperar ascende a 194.103 eur (169.241 eur em 2020), apresenta-se conforme segue:

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Grupo Inverpeninsular (1)	26 876	20 403
RETGS (2)	121 472	121 615
Ibersol Angola	22 013	-
Cortsfood	15 483	15 483
Outras	<u>8 259</u>	<u>11 740</u>
	<u>194 103</u>	<u>169 241</u>

(1) montante de imposto que resulta do grupo fiscal de subsidiárias em Espanha.

(2) montante de imposto que resulta do apuramento do ano 2020 do grupo fiscal de subsidiárias em Portugal (RETGS).

17.1.2 Imposto s/ o rendimento a pagar

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o montante de imposto a pagar decompõem-se como segue:

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Ibersol Angola	-	5 473
RETGS (1)	254 686	-
Outras (2)	9 856	9 856
	<u>264 542</u>	<u>15 329</u>

(1) montante de imposto que resulta da estimativa a 30 Junho de 2021 do grupo fiscal de subsidiárias em Portugal (RETGS).

(2) por exclusão do RETGS, IRC a pagar da subsidiária Iberusa ACE.

17.2. Imposto diferido

Os movimentos ocorridos no período nas rubricas de impostos diferidos são:

Impostos diferidos	30.06.2021	31.12.2020	Movimento período (1)
Ativos	19 328 514	14 914 797	4 413 717
Passivos	<u>-3 630 326</u>	<u>-3 896 164</u>	265 838
Total	<u>15 698 188</u>	<u>11 018 633</u>	<u>4 679 555</u>

(1) imposto do exercício no montante de 4.671.963 euros (nota 20) e 7.592 euros de conversão cambial reconhecida em reservas.

As taxas de imposto das jurisdições em que o Grupo se encontra presente são:

Portugal	21%
Espanha	25%
Angola	25%

17.2.1 Impostos diferidos ativos

O detalhe dos impostos diferidos ativos em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, de acordo com a jurisdição e as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte

Impostos diferidos activos	<u>jun/21</u>			<u>dez/20</u>		
	<u>Portugal</u>	<u>Espanha</u>	<u>Total</u>	<u>Portugal</u>	<u>Espanha</u>	<u>Total</u>
Prejuízos fiscais reportáveis (1)	1 378 625	4 153 688	5 532 312	1 378 625	4 153 688	5 532 313
Dif. temp. dedutíveis (IFRS16)	-	15 565 233	15 565 233	-	11 158 906	11 158 906
Diferenças temporárias tributáveis	-33 859	-1 220 171	-1 254 029	-33 859	-1 220 171	-1 254 030
Homogeneização de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis (2)	-5 548 097	-1 211 931	-6 760 028	-5 606 236	-1 161 182	-6 767 418
Outras diferenças temporárias (3)	5 640 488	604 538	6 245 026	5 640 488	604 538	6 245 026
	<u>1 437 157</u>	<u>17 891 357</u>	<u>19 328 514</u>	<u>1 379 018</u>	<u>13 535 779</u>	<u>14 914 797</u>

(1) Em Portugal o resultado do RETGS dos primeiros seis meses de 2021 é positivo sendo espectável que com referência a 31 de Dezembro de 2021, seja já consumido uma parte dos prejuízos fiscais reportáveis registados no ano anterior e créditos fiscais, reconhecidos em períodos anteriores como imposto diferido ativo.

(2) impostos diferidos que correspondem ao diferencial do valor líquido considerado nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias e o valor líquido com que estas contribuem no consolidado.

(3) montante referente, essencialmente, a benefícios fiscais por utilizar. A 31 de Dezembro de 2020 existem 5.626.294,99 euros de benefícios fiscais não deduzidos, a utilizar em exercícios seguintes, 1.942.829,89 euros de RFAI do exercício de 2019, 2.528.198,58 euros de RFAI do exercício de 2020 e 1.156.266,52 euros de CFEI II do exercício de 2020 (dedutível até 2025, inclusive). De referir que estes créditos têm um prazo de reporte de 10 períodos de tributação, prazo este cuja contagem foi suspensa durante o período de tributação de 2020 e durante o período de tributação seguinte, ao abrigo da Lei n.º 21/2021, de 21 de Abril.

Na análise à recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, o Grupo tomou em consideração as melhores estimativas das projecções de lucros tributáveis futuros e diferenças temporárias tributáveis contra os quais os prejuízos fiscais, créditos de imposto e diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizados. Sendo de referir que as projecções utilizadas na análise realizada na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 se mantém válidas a

esta data, considerando que não ocorreram alterações relevantes aos factos e circunstâncias que existiam a essa data.

Relativamente aos prejuízos fiscais reportáveis de Espanha, o Grupo não se encontra a reconhecer activos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais reportáveis gerados em Espanha no montante de 29.582.233 euros (correspondente a um valor de 7.413.502 de impostos diferidos).

17.2.2 Impostos diferidos passivos

O detalhe dos impostos diferidos passivos em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de, de acordo com a jurisdição e as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	<u>jun/21</u> <u>Angola</u>	<u>dez/20</u> <u>Angola</u>
Impostos diferidos passivos		
Homogeneização de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	-193 737	-131 783
Economia Hiperinflacionária (IAS 29)	4 033 082	4 210 251
Dif. temp. dedutíveis (IFRS16)	-36 694	-34 217
Outras diferenças temporárias	-172 325	-148 087
	<u>3 630 326</u>	<u>3 896 164</u>

18. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

A decomposição de Outros custos e outros proveitos operacionais em 30 de Junho de 2021 e 2020 apresenta-se como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outros custos operacionais		
Impostos directos/indirectos não afectos à atividade operacional	447 583	500 525
Diferenças câmbio	205 604	949 308
Perdas em imobilizado	457 155	196 194
Quotizações, donativos e ofertas e amostras inventario	60 484	32 725
Ajustamentos de imparidade (de dívidas a receber)	165 063	657 900
Outros custos operacionais	34 862	7 292
	<u>1 370 751</u>	<u>2 343 944</u>
Outros proveitos operacionais		
Proveitos suplementares (1)	1 263 199	1 504 932
Diferenças câmbio	124 436	2 940 732
Compensação	60 000	2 471 618
Ganhos em imobilizado	86 796	17 123
Subsídios à exploração (2)	7 563 558	39 573
Reversão de imparidade (de dívidas a receber)	2 000	-
Subsídios para investimento	29 228	29 491
Outros ganhos operacionais	19 422	41 139
	<u>9 148 639</u>	<u>7 044 609</u>
Outros proveitos /(custos) operacionais	<u>7 777 888</u>	<u>4 700 665</u>

(1) decorrem essencialmente de receitas relativas a contratos com fornecedores e franquiados (grupo Eat Out).

- (2) aumento decorre do reconhecimento de apoios governamentais no montante de 6.289.595 eur (IENAE) e 1.240.983 eur (Converte e Apoiar).

19. GASTOS E PERDAS E RENDIMENTOS E GANHOS FINANCEIROS

Os gastos e perdas financeiras em 30 de Junho de 2021 e 2020 apresentam-se conforme segue:

Gastos e perdas financeiras	2021	2020
Juros de responsabilidades com locações (IFRS16)	7 712 286	8 462 662
Juros suportados c/ financiamentos	1 360 545	1 619 855
Outros gastos e perdas financeiras	781 487	885 887
	<u>9 854 318</u>	<u>10 968 404</u>

Os rendimentos e ganhos financeiros em 30 de Junho de 2021 e 2020 apresentam-se conforme segue:

Rendimentos e ganhos financeiros	2021	2020
Juros obtidos (1)	228 188	582 803
Outros rendimentos e ganhos financeiros	81 132	126 886
	<u>309 320</u>	<u>709 689</u>

(1) montante referente essencialmente juros de obrigações do tesouro e depósitos a prazo.

20. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro 2020 são detalhados como segue:

	jun/21	jun/20
Imposto corrente	266 032	400 534
Insuficiência (excesso) de estimativa de imposto	-	12 000
Imposto diferido	-4 671 963	-9 194 007
	<u>-4 405 931</u>	<u>-8 781 473</u>

A taxa efetiva de impostos sobre os lucros foi de 16% e 21%, respetivamente, em 30 de Junho de 2021 e 2020, conforme segue:

	jun/21	jun/20
Lucros antes de impostos	-27 355 315	-42 143 561
Imposto s/ rendimento	-4 405 931	-8 781 473
Taxa efetiva de imposto	<u>16%</u>	<u>21%</u>

21. RESULTADO POR ACÇÃO

Em 30 de Junho de 2021 e de 2020, o resultado básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado atribuível aos detentores do capital	-22 902 318	-33 331 342
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	36 000 000	36 000 000
Número médio ponderado de acções próprias	-3 599 981	-3 599 981
	<u>32 400 019</u>	<u>32 400 019</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	<u>-0,71</u>	<u>-1,03</u>
Resultado diluído por acção (€ por acção)	<u>-0,71</u>	<u>-1,03</u>
Número acções próprias no final do período	<u>3 599 981</u>	<u>3 599 981</u>

Dado não haver direitos de voto potenciais, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

22. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

O Grupo possui passivos contingentes relacionados com o seu negócio (relativos a licenciamentos, taxas de publicidade, higiene e segurança alimentar e colaboradores, sendo a taxa de sucesso da Ibersol nestes processos historicamente elevada). Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

Foi intentado contra uma subsidiária do Grupo Eat Out em Espanha um processo indemnizatório por alegado incumprimento de acordos de não concorrência no valor de cerca de 11,7 milhões de euros. O Conselho de Administração suportado na posição dos advogados que acompanham o processo, considera que esta situação representa um passivo contingente. Adicionalmente, refira-se que o processo respeita a factos ocorridos antes da aquisição desta subsidiária por parte do Grupo Ibersol, estando, por conseguinte, ao abrigo das cláusulas de responsabilidade e garantias previstas no acordo de compra e venda de acções do Grupo Eat Out, existindo direito de regresso.

Adicionalmente, o Grupo tem presentemente um processo judicial em curso com um prestador de serviço subcontratado (num montante total máximo de cerca de 1,2 milhões de euros) para os quais considera não existir risco de eventuais responsabilidades adicionais a reconhecer nas demonstrações financeiras consolidadas, suportada na opinião dos seus assessores jurídicos.

23. OUTROS COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Garantias bancárias	25 361 605	25 211 435

As garantias bancárias detalham-se, por tipo de cobertura, conforme segue:

<u>Concessões e rendas</u>	<u>Outros contratos fornecimento</u>	<u>Direcção Geral de Finanças e Recl. Processos</u>	<u>Outros</u>	<u>Reclamações outros processos</u>
24 971 997	23 327	301 550	52 731	12 000

O montante relativo a concessões e rendas decorre das garantias exigidas pelos proprietários dos espaços em concessão (ANA Aeroportos e AENA Aeroportos, em Espanha) ou arrendados (alguns Shoppings e outros locais), dos quais 19.713.000 euros são referentes à AENA Aeroportos.

Relativamente às medidas cautelares solicitadas visando que a AENA seja impedida de executar as garantias e cauções (Nota 11) que tem a seu favor no montante de 25 milhões de euros, no dia 26 de Março de 2021, o Tribunal decidiu favoravelmente a providência cautelar

24. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações com partes relacionadas em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro 2020 podem ser apresentados como se segue:

	Empresa mãe		Empreendimentos conjuntos		Associadas		Outras entidades	
	SEM 2021	Ano 2020	SEM 2021	Ano 2020	SEM 2021	Ano 2020	SEM 2021	Ano 2020
Fornecimento de serviços	241 184	1 000 000	1 263 763	3 667 953	-	-	-	-
Rendas de contratos de locação	-	-	-	-	-	-	1 100 556	1 373 755
Contas a pagar	-	-	1 841 739	1 215 575	-	-	-	-
Outros ativos correntes	-	-	-	-	-	300 000	-	-
Investimentos financeiros	-	-	-	-	300 000	-	400 000	-

A empresa mãe da Ibersol SGPS S.A. é a ATPS - SGPS, SA, detentora de 19.767.058 ações. A sociedade acionista presta serviços de administração e gestão do grupo, ao abrigo dum contrato de prestação de serviços com a participada Ibersol, Restauração, S.A.. Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa e Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga diretamente a estes administradores qualquer remuneração.

O Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa e o Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira são, cada um, detentores de 2.520 ações da Ibersol SGPS, S.A.. Os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Carlos Vaz Pinto de Sousa e a António Alberto Guerra Leal Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indiretamente, em partes iguais, através, respetivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

As outras entidades referem-se a entidades controladas por outros detentores de influência significativa na empresa mãe do Grupo Ibersol. Os valores apresentados respeitam às rendas pagas no período pelo que, fruto da adoção da IFRS16, não correspondem ao montante de gastos com locações refletidos nas demonstrações financeiras. O valor presente dos compromissos de

pagamento estimados ao longo do prazo dos respetivos contratos ascendem, em 30 de Junho de 2021, a cerca de 18,5 milhões de euros (18,4 milhões de euros a 31 de dezembro de 2020).

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 30 de Junho de 2021 e até à presente data, não ocorreu qualquer evento subsequente relevante, que possa ter impacto material nas demonstrações financeiras condensadas consolidadas intercalares, que não tenha sido divulgado no anexo às demonstrações financeiras.



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Burgo - Avenida da Boavista, 1837, 16º Andar
4100-133 Porto – Portugal
+351 22 010 23 00 | www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS

Introdução

Efetuíamos uma revisão limitada das demonstrações financeiras condensadas consolidadas intercalares anexas da **Ibersol SGPS, S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada intercalar em 30 de junho de 2021 (que evidencia um total de 714.462.549 euros e um total de capital próprio atribuível aos acionistas de 133.536.402 euros, incluindo um resultado líquido negativo consolidado atribuível aos acionistas de 22.902.318 euros), as demonstrações condensadas consolidadas intercalares dos resultados e de outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras condensadas consolidadas intercalares.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras condensadas consolidadas de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras condensadas consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras condensadas consolidadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras condensadas consolidadas, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras condensadas consolidadas é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.



Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras condensadas consolidadas.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras condensadas consolidadas intercalares anexas da **Ibersol SGPS, S.A.**, em 30 de junho de 2021, não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia.

10 de setembro de 2021

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

(inscrita na CMVM sob o n.º 20161489 e na OROC sob o n.º 189)

representada por

Pedro Manuel Bouça de Morais Alves da Costa (ROC n.º 1466)